

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RELAÇÕES SINO-AFRICANAS CONTEMPORÂNEAS. UMA ANÁLISE DE DOIS
CASOS DISTINTOS: ANGOLA E CABO VERDE.

ALÍZIA LIMA DA LUZ ZEGO

Porto Alegre, Novembro de 2010

Alízia Lima da Luz Zego

Relações Sino-Africanas de 1990 a atualidade. Uma análise de dois casos distintos: Angola e Cabo Verde

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Relações Internacionais apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vizentini

Porto Alegre, Novembro de 2010

DEDICATÓRIA

Para os meus pais, João e Fátima
Para as minhas irmãs, Cilézia e Lúcia
E para o meu sobrinho Diego

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela vaga, ao Governo de Cabo Verde pela bolsa, sem as quais não seria possível a minha formação.

Agradeço aos meus amados pais João Zego e Fátima Zego, às minhas irmãs Cilézia e Lúcia Zego e ao meu sobrinho Diego que me apoiaram, mesmo de longe, nos momentos mais difíceis.

Agradeço a UFRGS pelo conhecimento adquirido e pelas novas amizades que levarei pra vida, aos funcionários que sempre foram simpáticos comigo e aos q também não foram.

Agradeço aos meus amigos que tanto me apoiaram nesses quatro anos: Suelma, Nadiuzka, Luz, Mariana, Ana, Isa, Bruna, Toiss, Mila, Sivy, Tchilitch, Isis, Eder e ao meu namorado Amadeu Medina.

E não poderia deixar de agradecer ao professor Paulo Vizentini por aceitar o desafio de orientar o meu trabalho.

Resumo

As relações sino-africanas é um assunto que tem interessado o mundo acadêmico e a política internacional. Durante as lutas de libertação nacional, a China apoiou o continente africano, ganhando assim a confiança do mesmo. A expansão chinesa para a África é de extrema importância para o continente, que vê nesse país um aliado que não impõem condições especiais para a realização de investimentos e apoio político, com a exceção da política de “uma China”. Neste trabalho destacam-se os casos de Angola e Cabo Verde. Angola, saída recentemente de uma guerra civil, procura o apoio para o esforço de reconstrução nacional, e a China aparece como uma boa opção de financiamento. Além do mais, Angola é um país rico em recursos minerais, sendo que o país tornou-se a maior fornecedora de petróleo da China, no continente. Por sua vez, Cabo Verde viveu em paz desde a sua independência, mas é um país pobre em recursos minerais, que vê na China uma possibilidade de financiamento para a sua infraestrutura. A aproximação da China com esses países lusófonos se dá, principalmente, através da região autônoma de Macau no Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Palavras-chaves: relações sino-africanas, China, Cabo Verde, Angola.

Abstract

The Sino-African relations is a subject that has concerned the academic world and international politics. During the struggles for national liberation, China supported the African continent, earning so it's trust. The Chinese expansion to Africa is extremely important for the continent, who sees it as an ally that do not impose special conditions in order to carry out investment and political support, aside from the policy of "one China". In this paper we highlight the cases of Angola and Cape Verde. Angola, who as recently got out from a civil war, seeks support for effort of national reconstruction, and China appears to be a good financial option. Furthermore, Angola is a country rich in mineral resources, and the country became the largest supplier of China's oil in the continent. In other hand, Cape Verde has lived in peace since the independence but is a poor country when comes to mineral resources, and sees in China a possibility of funding for its infrastructure. The approaching between China and the lusophone countries happens, mainly through the region unattended of Macao in the Forum for the Economic and Commercial Cooperation between China and Portuguese Speaking Countries.

Keywords: Sino-African relations, China, Cape Verde, Angola.

Sumário

Introdução	8
Capítulo1 - Relações sino-africanas	133
1.1 - O período da Guerra Fria.....	133
1.2 - A despolitização das relações Sino-africanas	199
1.3 - Os Países africanos de língua oficial portuguesa (Palop).....	277
Capítulo 2 – Relações entre China e Angola	299
2.1 - Caracterização de Angola	299
2.1.1 - Contextualização econômica	322
2.2 -Relação entre China e Angola.....	344
2.2.1- Investimento Direto Externo	377
2.2.2- Comércio entre Angola e China	411
Capítulo 3 - Relações entre China e Cabo Verde.....	455
3.1 - Caracterização de Cabo Verde.....	455
3.2 - Relações entre Cabo Verde e China.....	511
Considerações Finais.....	599
Referências bibliográficas.....	633

Introdução

A expansão das relações chinesas para a África é a dinâmica mais importante das relações internacionais do continente desde o fim da Guerra Fria. A natureza e implicação do novo compromisso da China na África começou a ser avaliado recentemente, mas é evidente que se trata de um processo de profunda importância (ALDEN, 2008, p.1).

O envolvimento chinês no continente africano oscilava de acordo com sua situação interna, a política da Guerra Fria e a sua disputa com a União Soviética. Beijing foi um ator importante no apoio aos países africanos durante as revolucionárias lutas de libertação nacional de 1960. China apoiou os movimentos de libertação, tanto em Angola, como em Cabo Verde. Juntamente com o comércio, investimentos e perdão da dívida, a China tem oferecido assistência financeira, concedendo empréstimos de longo prazo à taxas de juro muito baixas, direcionados, principalmente, para recursos naturais e reabilitação de infraestrutura.

As relações políticas e econômicas sino-africanas cresceram, exponencialmente na última década, através de um crescente fluxo de comércio bilateral, investimento em projetos e assistência ao desenvolvimento. Na década de 1990 o comércio sino-africano cresceu 700% e em 2007 a maior parte dos investimentos estrangeiros chineses foram destinadas a África (EDINGER, 2008).

A China se manteve auto-suficiente em petróleo durante a maior parte da Guerra Fria. Porém duas décadas de crescimento econômico acelerado e aumento no consumo de energia fizeram com que sua postura mudasse. A partir de 1993 China se torna um importador líquido de petróleo, mas só em 2000-2001, com o limite do crescimento das reservas e sua consequente diminuição, se deu uma busca mais agressiva pelo petróleo estrangeiro.

O interesse da política externa chinesa na África tornou-se mais visível durante a visita do Presidente Jiang Zemin à seis países africanos em maio de 1996. Durante a visita ele propôs que as relações entre China e África fossem institucionalizadas. O que levou a criação do Forum for China - Africa Cooperation (FOCAC), formalmente institucionalizado em Beijing em Outubro de 2000. A existência da FOCAC, contudo, não impede Beijing de

desenvolver estratégias adicionais, para aprofundar sua relação com países específicos, como é o caso dos Palop.

China tem importantes razões para aprofundar suas relações com o mundo lusófono. O primeiro deles seria a segurança energética, que seria suprida por países como Angola, Brasil, Guiné-Bissau e Timor Leste. O segundo está relacionado com o fato de 220 milhões de pessoas representarem um mercado maior para as mercadorias chinesas. E por último, a organização dos países lusófonos representa uma comunidade diplomática que a China pode utilizar para diminuir o espaço internacional de Taiwan.

Entre os países do PALOP, Angola é o mais importante parceiro comercial chinês, e tornou-se o parceiro chave da China no continente africano. É o segundo maior produtor de petróleo na África (depois de Nigéria) e possui uma das maiores reservas de diamante no mundo, assim como outros recursos tais como ouro, urânio e fosfato. O comércio bilateral entre os dois países cresceu de US\$ 1 bilhão em 2002 para US\$ 11 bilhões em 2006. Têxteis, calçados e equipamento eletrônico são os principais itens de exportação da China, mas o comércio bilateral continua sendo dominado pelas importações chinesas de petróleo. Por sua vez, Cabo Verde, é o país mais pobre em recursos minerais, possuindo apenas sal, pedra calcária, e pescado. O comércio bilateral entre Cabo Verde e China cresceu de US\$ 2,75 milhões em 2004 para US\$ 10 milhões em 2006 (ALVES apud ALDEN, 2008, p. 78-9).

Os territórios de colonização portuguesa sofreram um processo de descolonização mais longo e penoso. Angola, com enormes riquezas, foi a última colônia a se libertar de Portugal, em novembro de 1975. E foi o único lugar, onde a luta de libertação ocorreu através de três movimentos, que, não só lutaram contra os portugueses, como lutaram entre si.

Angola tem vivido dias de paz desde o fim da guerra entre as forças armadas e os insurgentes, em abril de 2002. No presente, o país enfrenta a tarefa de canalizar recursos para a reconstrução da infraestrutura e redução da pobreza. Os diamantes e, principalmente, o petróleo dominam a economia nacional e são responsáveis pela quase totalidade da receita do país. A agricultura e as indústrias manufatureiras ainda sofrem com as consequências da guerra civil (infraestrutura destruída), sendo preocupante também o realojamento de quatro milhões de pessoas desalojadas pelo conflito. As relações entre China e Angola podem ser consideradas de excelente no presente, mas isso nem sempre foi assim. O Movimento para Libertação de Angola (MPLA) contava com apoio chinês durante a luta anticolonial, mas, quando da independência, e em oposição ao forte suporte da União Soviética ao MPLA, a assistência chinesa se concentrou nos dois movimentos rivais, Frente Nacional para a

Libertação de Angola (FNLA) e a Unidade Nacional de Independência Total de Angola (UNITA).

As razões que leva Angola a cooperar com a China devem ser entendidas no contexto de reconstrução do pós-guerra. Confrontado com os obstáculos que os principais parceiros angolanos e as instituições financeiras internacionais, principalmente o FMI, continuaram a apresentar em relação à extensão de crédito, devido à ausência de reformas estruturais, o governo do MPLA voltou-se para a China, que não impunha muitos obstáculos para a concessão de empréstimos. O país possui importantes recursos financeiros, as próprias corporações estatais que se beneficiam das políticas de Estado, uma classe empreendedora fortemente apoiada pelo Estado e uma profunda necessidade de recursos minerais, principalmente, o petróleo. E Angola é rica em recursos minerais, principalmente, petróleo.

O crescimento chinês em Angola foi de maior importância. A China começou a aproximar-se do governo angolano, a partir de 1988. Porém só a partir de 2000 é que a relação entre China e Angola se estreitou, sendo que as importações de petróleo chinês aumentaram consideravelmente.

Cabo Verde estabeleceu relações diplomáticas com a China no dia 25 de abril de 1976, exatamente um, ano depois da independência do país. A partir dessa data, a cooperação entre os dois países não parou de crescer e diversificar-se. A China transformou-se hoje num dos parceiros mais importantes no desenvolvimento de Cabo Verde. O país não tem recursos minerais para oferecer a China, mas ambiciona pertencer a uma das Zonas Econômicas Especiais da China na África. O país tem grandes possibilidades de conseguir tal status devido a sua localização geoestratégica e uma infraestrutura portuária já existente. A economia cabo-verdiana é baseada em serviços, por isso o desejo do país de integrar uma plataforma de serviços para os navios chineses que atravessam o atlântico norte.

A emigração chinesa em Cabo Verde é responsável pela maior parte dos investimentos realizados no país. Devido às ótimas condições oferecidas aos pequenos empresários, cada vez mais eles se aventuram nas ilhas. O relativo sucesso desses comerciantes se deve ao fato de seus produtos serem, significativamente, mais baratos do que os produtos importados de outras partes.

O tema abordado no trabalho é de extrema importância para as Relações Internacionais Africanas, porque analisa o caráter das relações entre as duas partes, num momento em que essas relações estão se desenvolvendo de forma extraordinária. O foco do trabalho é para Angola e Cabo Verde que são dois países diferentes, que mantêm relações, principalmente comerciais de caráter distinto com a República Popular da China. A diferença entre os dois países foi um fator encorajador já que considera-se interessante estudar Angola por sua potencialidade em suprir recursos minerais e Cabo Verde pela sua escassez nesse item.

O objetivo desse trabalho foi analisar as relações chinesas com Angola e Cabo Verde a partir das lutas de independência nacional tendo como principais hipóteses o fato da aproximação da China com Angola ser de natureza energética, ou seja, a segurança energética; e que o principal motivo da sua presença chinesa em Cabo Verde é a diminuição do espaço de influência de Taiwan na África.

A pesquisa foi baseada, principalmente, nas ideias de Chris Alden, Hong-Ming Zhang, entre outros autores, e ainda em artigos de jornais e sites oficiais do governo de Cabo Verde, Angola e Macau. Foi feita uma análise histórica da presença chinesa na África desde Guerra Fria. Também foi feita uma comparação de dois casos: Angola e Cabo Verde. Usou-se uma abordagem indutiva, partindo da África no geral, até chegar nos dois casos em específico.

O trabalho foi dividido em três capítulos, o primeiro capítulo analisa a evolução das relações sino-africanas desde Guerra Fria, o segundo capítulo dividido analisa as relações entre China e Angola, e um terceiro capítulo que visa estudar as relações entre a China e Cabo Verde.

O capítulo um, denominado relações sino-africanas, foi dividido em três subcapítulos. No primeiro subcapítulo analiso a evolução das relações sino-africanas desde a década de 50 até a década de 80, que coincide com o fim da Guerra Fria. No segundo subcapítulo examino as relações sino-africanas desde década de 80 até 2010. E no último subcapítulo, examino as relações sino-africanas através dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop).

O capítulo dois, denominado relações entre China e Angola, está dividido em dois subcapítulos, em que no primeiro faço uma caracterização de Angola, enfocando a situação econômica do país e a guerra civil. E no segundo subcapítulo exponho as relações entre China

e Angola desde luta de libertação nacional e estudo os dados referentes ao comércio entre as duas partes e o investimento chinês em Angola.

O capítulo três, denominado relações entre China e Cabo Verde, também se encontra dividido em dois subcapítulos, sendo que no primeiro faço uma caracterização de Cabo Verde desde luta pela libertação nacional e a sua condição econômica de hoje, e no segundo subcapítulo examino as relações entre China e Cabo Verde e sua peculiaridade devido a não existência de recursos minerais no país e da presença de pequenos comerciantes chineses como principais investidores.

Capítulo1 - Relações sino-africanas

As relações sino-africanas se intensificaram durante a guerra fria, que coincidiu com a luta de libertação nacional de muitos povos desse continente. A África serviu como palco para as disputas ideológicas entre Estados Unidos e União Soviética em que cada um desses polos procurava o apoio das futuras nações através de apoio militar e ideológico na luta contra as metrópoles. Nesse contexto a China, primeiramente, lutava ao lado de URSS contra o avanço do capitalismo pelo mundo, mas depois de desentendimentos entre Moscou e Beijing, China mudou sua política externa e formou uma frente junto aos EUA contra a URSS. Nesse capítulo procura-se demonstrar as relações sino-africanas desde a guerra fria até os dias de hoje.

1.1 - O período da Guerra Fria

Após a Segunda Guerra Mundial, duas forças opostas se enfrentavam no mundo, comandadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Por isso, desde criação da República Popular da China, em 1949, o país passou a ser envolvido na Guerra Fria, passando a ser de máxima urgência, para o novo regime, a garantia de sua segurança. O fato de o governo norte-americano apoiar o partido nacionalista chinês na guerra civil influenciou a escolha pelo campo socialista e a aliança com a União Soviética, e a luta contra o campo capitalista, dirigida pelos Estados Unidos e com a Guerra da Coreia houve um reforço da posição chinesa.

Naquele contexto, onde vários países ocidentais haviam imposto bloqueio à China, os únicos parceiros políticos que restaram foram a União Soviética e os países socialistas asiáticos e europeus. A partir desse contexto internacional adverso, o governo Chinês resolveu estabelecer e desenvolver suas relações com os países africanos.

Segundo Zhang (apud BELLUCCI, 2004 p. 235):

Até 1955, a nova China ainda não estabelecera relações diplomáticas e efetivas com o continente africano. O que pode explicar-se pelas seguintes razões: por um lado, durante a primeira metade da década de 50, a China

estava às voltas com problemas internos e assuntos asiáticos; por outro, naquela época, apenas um punhado de países tinha conseguido sua independência no continente africano, enquanto a maioria permanecia sob o controle das metrópoles europeias.

Contudo, dois acontecimentos estimularam o desenvolvimento das relações políticas entre China e África, na primeira metade da década de 50. O primeiro foi a proclamação dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, que seriam: respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; não agressão mútua; não ingerência nos assuntos internos; igualdade e vantagens recíprocas; e coexistência pacífica. Esses princípios serviram de base para o desenvolvimento posterior das relações sino-africanas. O segundo foi a realização da Conferência Afro-Asiática, realizada em Bandung, na Indonésia, em abril de 1955. Durante essa conferência Zhou Enlai encontrou-se, pela primeira vez, com dirigentes africanos.

A política chinesa na África na década de 50 se dividia em duas partes: por um lado, procurava estabelecer relações diplomáticas com os países recém-independentes e, por outro, apoiava o processo de descolonização do continente africano. O objetivo dessa política era aumentar a sua influência política sobre a África, desenvolver as relações oficiais com os países recém-independentes e formar uma frente única com os países africanos, com o propósito de lutar contra o colonialismo e a hegemonia. Segundo Zhang (apud BELLUCCI, 2004 p. 237) essa política fundamentava-se em três razões: em primeiro lugar, após a Segunda Guerra Mundial, principalmente após a Conferência de Bandung, a luta pela libertação e independência do país alastrou-se rapidamente no continente africano; em segundo lugar, para as autoridades chinesas, a China e os países africanos tiveram um passado semelhante e foram invadidos pelo colonialismo e pelas potências estrangeiras; e por último, o governo chinês considerava a assistência aos países estrangeiros, incluindo os africanos, como uma forma de promover suas relações políticas com os países subdesenvolvidos, aumentar sua influência política sobre o mundo e terminar com o bloqueio de alguns países ocidentais. Assim com o objetivo estratégico de “sustentar a revolução mundial” e estender sua influência política, a China alinhou-se junto às lideranças africanas, apoiando a luta pela descolonização e a libertação nacional, fornecendo ao povo africano, na medida de suas possibilidades, ajuda material, armamentista e financeira.

Devido ao apoio chinês na luta pela descolonização, o país deu um impulso significativo às relações sino-africanas. Contudo, é preciso observar que a estratégia diplomática e a política da China na África sofreram grande influência da ideologia e da sua

situação interna: após o movimento “Cem flores, Cem Escolas”, que surgiu em meados da década de 50, as autoridades chinesas lançaram, em 1957, uma “campanha antidireita”. Devido à influência da corrente de ideias de extrema esquerda, a política chinesa na África era de carácter ideológico, já que tinha dividido os países africanos em dois gêneros: os países “progressistas” e os “pró-imperialistas”.

Em termos gerais, na década de 60, a estratégia diplomática adotada pela China era a de lutar contra a hegemonia das duas superpotências. Essa estratégia consistia no seguinte contexto: as relações sino-soviéticas estavam deterioradas e o confronto entre China e Estados Unidos se acirrou. Desde então e até o início da década de 70, a luta contra a hegemonia tornou-se um dos principais pontos da estratégia diplomática da China.

Nesse período o sistema colonial desmoronava e os movimentos de libertação nacional na Ásia, na África e na América Latina eclodiam-se. Neste contexto, desenvolveu-se um movimento de países não-alinhados que passaram a ser uma força importante nas relações internacionais. Em conformidade com essa estratégia, considerando a solidariedade e a cooperação com os países da Ásia, África e América Latina e o apoio aos movimentos de libertação nacional como a base de sua diplomacia, as autoridades chinesas resolveram organizar a mais ampla frente internacional possível, com os países subdesenvolvidos formando a principal força contra hegemônica. Foi por essa razão que o governo Chinês resolveu intensificar o desenvolvimento das relações com a África e aprimorar as relações com países da Europa Ocidental (ZHANG apud BELLUCCI, 2004, p. 241).

Outro motivo da política chinesa na África foi a recuperação do seu lugar nas Nações Unidas e a expulsão de Taiwan. Durante a década de 60 o principal interesse da China na África continuava sendo no campo político, enquanto que o campo econômico não era prioritário.

A partir da segunda metade da década de 60 ao início da década de 70, a China encontrava-se numa situação confusa de distúrbios internos e de perigo de invasão externa. Após a ruptura com a União Soviética, a China encontrava-se ameaçada: enquanto a União Soviética estava ameaçando a China a partir do norte, os Estados Unidos intensificavam a guerra contra o Vietnã, o que significava uma ameaça vinda do sul da China.

No início da década de 70, após a ruptura com a União Soviética, os dirigentes chineses mudaram de ponto de vista sobre a avaliação da situação internacional. A União Soviética tornou-se um país “social-imperialista” e uma nova hegemonia que procurava

ampliar sua esfera de influência. Aos olhos dos governantes chineses, entre as duas superpotências, a União Soviética aparentava a mais perigosa, por isso a China adotou uma estratégia para lutar contra a ameaça da União Soviética e agregar todas as forças possíveis de serem reunidas. O governo Chinês acabou por modificar sua política externa tornando-a pragmática. Para enfrentar a União Soviética, a China procurou reconciliar com os países ocidentais, inclusive os Estados Unidos, e propôs aos países do terceiro mundo, inclusive aos africanos, o estabelecimento de uma frente contra a hegemonia, principalmente da União Soviética (ZHANG apud BELLUCCI, 2004, p. 244).

As reformas estruturais e abertura econômica ocorrida a partir do final da década de 1970 é o momento que marca a decisão chinesa de se juntar à globalização. Essa decisão não pode ser confundida com a adesão aos princípios neoliberais predominantes na orientação da política econômica de várias economias desenvolvidas e em desenvolvimento desde meados dos anos 1980, particularmente na América Latina e no Leste Europeu. Pelo contrário, a experiência chinesa parece reproduzir vários dos elementos centrais dos processos de desenvolvimento verificados em outras economias asiáticas e europeias, naquilo que se convencionou chamar de modelo de capitalismo organizado (CUNHA apud CARDOSO, 2009).

Segundo Fairbank, (2007 p. 372):

Após Mao, a China converteu-se de um país isolado, pobre, rural e turbulento em uma nação relativamente aberta, estável, urbanizada e modernizada. Com a economia se expandindo em uma média de aproximadamente 9% ao ano nas últimas duas décadas do século XX e nos anos iniciais do século XXI, a economia chinesa é a que cresce com maior rapidez no mundo.

Essa transformação ocorreu devido aos membros mais antigos do partido, em especial Deng Xiaoping, que retomou ao poder após a morte de Mao em setembro de 1976. Foram introduzidas reformas que possibilitaram uma extraordinária mudança econômica. É importante destacar que essas reformas foram conduzidas, em geral, com uma população com maior índice de alfabetização e saúde, resultado das reformas introduzidas no princípio do período comunista, que possibilitou educação para a geração mais jovem, instituiu um programa rudimentar de saúde pública e elevou a posição social das mulheres.

O retorno desses homens ao poder alterou a ênfase do partido, passando a empreender políticas pragmáticas em vez de ideológicas, sendo que após a Terceira Sessão Plenária reformas foram lançadas para terminar a estagnação econômica deixada por Mao e

impulsionar o crescimento econômico sem precedentes na China. Além disso, no final da década de 1970 os líderes chineses ficaram mais atentos ao dinamismo dos seus vizinhos no Leste da Ásia – Coréia do Sul, Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Japão – o que levou ao abandono do modelo stalinista e a volta para o modelo de desenvolvimento do Leste da Ásia.

A política chinesa para a África também foi reorientada devido a sua nova estratégia, passando a apresentar dois lados: lutar contra a hegemonia e contra o colonialismo; porém o conteúdo e objetivo da primeira foram alterados, passando agora a opor à influência da União Soviética.

Segundo Zhang, (apud BELLUCCI, 2004 p. 248):

A mudança de rumo da política chinesa na África explica-se pelas seguintes razões: por um lado, precisava adaptar sua política na África à estratégia de “uma linha”¹; por outro aumentava a preocupação das autoridades chinesas em relação à evolução da situação na África. Aos olhos dessas autoridades, com a retirada das antigas potências coloniais, o continente africano tornava-se uma região vazia na qual as duas superpotências, a União Soviética, em particular, tentavam redesenhar a esfera de influência. (...) Nesse contexto, a política chinesa na África visava neutralizar a expansão e frear a penetração da União Soviética. (...)Essa política refletiu-se nitidamente na sua posição quanto aos problemas das sub-regiões africanas. Por exemplo, (...) em Angola, para frear a penetração da União Soviética, em vez de ficar em contato com os três movimentos nacionalistas angolanos, Pequim intensificou a ajuda à Frente Nacional de Libertação.

Nesse período é fácil perceber uma contradição da política chinesa na África: por um lado a China tinha uma posição próxima à dos países ocidentais, e, por outro lado continuava apoiando a luta dos países africanos contra o colonialismo. Essa contradição colocou o país em uma situação delicada frente a alguns países do terceiro mundo, principalmente com aqueles pró-Moscou.

Todavia, a década de 70 foi um período de grande desenvolvimento das relações políticas sino-africanas. A China recuperou o seu lugar nas Nações Unidas em 1971 e houve uma melhora nas suas relações com os países ocidentais, inclusive os Estados Unidos. Isso contribuiu para a sua gradual saída do isolamento político, o que deu novo impulso às relações sino-africanas. Nesse período o número de países africanos que estabeleceram e mantiveram relações diplomáticas com a China foi de 44, contra 19 da década de 60 (ZHANG apud BELLUCCI, 2004, p. 251).

¹ Estratégia de “uma linha” segundo Zhang é o redimensionamento da política chinesa contra a União Soviética, visando lutar contra a ameaça da mesma.

Na década de 80, principalmente na segunda metade, a situação interna e externa da China sofreu uma profunda mudança favorável. No exterior, após a *détente* e o estabelecimento das relações diplomáticas com os países ocidentais, a China apresentou-se de forma diferente a comunidade internacional. Em 1982, a primeira das negociações sobre a normalização das relações sino-soviéticas realizou-se em Beijing. Internamente, o fim da Revolução Cultural (1966-1976) foi a oportunidade para orientar os esforços para o crescimento econômico.

Com o objetivo de acompanhar as mudanças no sistema internacional e as necessidades de desenvolvimento do país, a China reorientou sua estratégia diplomática e política, inclusive para a África. Essa reorientação se baseou nos três aspectos seguintes: eliminou-se a ideia de que a guerra era inevitável, passando a diplomacia chinesa a ter como principal objetivo criar um contexto internacional pacífico, favorável ao processo de modernização do país; buscou-se mudar a estratégia de “uma linha” onde o país adotou uma política pragmática. Os três princípios fundamentais dessa política são: a manutenção da independência e da autonomia, a defesa da paz no mundo e a procura de um desenvolvimento em comum. Nas relações internacionais a China se negava a formar alianças e construir blocos militares; a partir daquele momento os interesses do Estado deviam ser o ponto de partida e o objetivo final das decisões de Estado (ZHANG apud BELLUCCI, 2004, p. 252-3).

Devido ao isolamento internacional depois do massacre na Praça de Tiananmen, China revigorou seu interesse político na África e embarcou, mais uma vez, numa diplomacia proativa para o continente (ALDEN, 2008, p. 5). E com a reorientação da estratégia diplomática e política da China na África, as relações sino-africanas saíram da estagnação e conheceram um período de desenvolvimento contínuo. O número de países africanos que reconheciam a China passou para 47 nesse período.

O programa chinês de ajuda para a África sofreu um retrocesso na década de 80, mas o comércio continuou a crescer. Os empreendimentos ou projetos de infraestrutura chineses podem não ter sido realizados numa escala comparável à dos dias de hoje, mas eram consideráveis naquele contexto.

Até esse momento a política chinesa na África era caracterizada pela ideologia e subjetividade. A partir de então os dirigentes chineses reorientaram a política diplomática de forma a torná-la mais pragmática, despilitizando as relações sino-africanas.

1.2 - A despolitização das relações Sino-africanas

Durante a década de 80, com a melhora no seu ambiente internacional e em função das necessidades de reforma interna, o eixo da política chinesa na África sofreu uma mudança, passando a priorizar a cooperação econômica e os intercâmbios comerciais ou, a dar igual importância à política e à economia, em vez de priorizar o campo político (ZHANG apud BELLUCCI, 2004, p. 255-6).

No final da década de 80 e princípios da década de 90, devido há mudanças ocorridas na União Soviética e na Europa do Leste, a Guerra Fria terminou. Esses fatos levam o sistema internacional a um período de transição entre o desmoronamento da estrutura bipolar e o estabelecimento de uma nova ordem mundial. A essência da estratégia diplomática chinesa, nesse período, era que o contexto internacional evoluísse para a multipolarização. Contudo, com a deterioração das relações sino-americanas, devido aos acontecimentos de Tiananmen e a questão de Taiwan, e a crise no Kosovo a China percebeu que a monopolaridade dos Estados Unidos ficara fortalecida.

Segundo Fairbank, (2007, p. 393):

Após 1989, Jiang Zemin assumiu todas as posições mais importantes no partido e no Exército. Embora os dissidentes políticos tenham sido silenciados depois de 1989 e a retórica nacionalista, gradualmente, tenha substituído a ideologia marxista-lenista em declínio nos anos 1990, Jiang não retardou o processo de abertura da China ao mundo exterior. Contudo, as relações externas chinesas eram problemáticas. Em razão do massacre de 4 de julho, a violação dos direitos humanos era a questão mais sensível que conflitava a China e os Estados Unidos.

A China desejaria ampliar sua cooperação com os países africanos e com o terceiro mundo, afim do panorama internacional alcançar a multipolaridade. Para a China a África não é apenas fonte de matérias-primas e mercado de produtos, mas também um importante palco político. No contexto internacional, principalmente no que se refere à diplomacia multilateral, com a regra “um país, um voto” seguida pelas organizações internacionais, os países africanos, com mais de 50 votos, alinhados com o restante dos países subdesenvolvidos, constituem uma força considerável.

Segundo Zhang (apud BELLUCCI, 2004, p.260) “o objetivo da política diplomática chinesa era estabelecer uma nova ordem política mundial que lhe permitisse ocupar uma posição favorável, visando aumentar seu direito à palavra nos assuntos internacionais”.

No início da década de 1990, as empresas estrangeiras começaram a se disseminar pelo país, onde junto com as empresas privadas e públicas, continuaram a crescer e um espaço maior foi aberto para uma economia desvinculada do Estado. Essa mudança teve momentos de breve interrupção, quando os partidários de Mao retornaram ao poder, depois do massacre da Praça de Tiananmen e tentaram restaurar o controle de uma economia mais centralizada. Mas depois do colapso da União Soviética em 1991, e da viagem de Deng, chamada a “jornada meridional” (nansun), realizada com o objetivo de revigorar as reformas e evitar um colapso semelhante ao soviético, a economia adquiriu novo vigor. Essa revitalização promovida por Deng mais tarde eliminou a estrutura do planejamento central e estimulou preços de mercado mais unificados. Ao final da década de 1990, a China iniciou uma privatização gradual da indústria estatal (FAIRBANK, 2007, p. 380).

Efetivamente, a partir da década de 90, com o desenvolvimento econômico, um dos pontos essenciais da política diplomática da China continuou sendo melhorar a sua posição e influência internacionais, e na sua política para a África procurou desenvolver atividades a nível mundial com a participação dos países africanos. Mesmo que o continente africano perdesse importância para certos países ocidentais, depois do fim da Guerra Fria, sempre manteve seu papel na estratégia diplomática chinesa, principalmente na diplomacia multilateral.

No início do século XXI, a China se transformou numa grande força mundial, a presença econômica crescente da China no cenário mundial significava um renascimento do seu poderio econômico dominante em séculos passados. Muito mais que Mao, Deng possibilitou atingir o sonho centenário de transformar a China em uma grande potência. Mais uma vez, a China era um poder mundial tanto econômico quanto estrategicamente. Ao longo da história moderna, no entanto, quando nações poderosas surgiram, elas tenderam a empreender a expansão territorial ou a guerra, como visto no caso da Alemanha e do Japão no século XX. Como forma de tranquilizar o mundo, que receava a ascensão da China, os líderes nacionais mencionam a “ascensão pacífica” da China, ou seja, que a China se converterá em uma potência mundial sem causar distúrbio na comunidade internacional (FAIRBANK, 2007, p. 420).

A China associou-se a organizações internacionais e passou a fazer parte da comunidade global e a integrar a Organização Mundial do Comércio em 2001, para isso foi preciso submeter-se a normas internacionais e a negociar com países com diferenças marcantes.

Hu Jintao converteu-se em secretário-geral do partido em 2002, presidente da República Popular da China em 2003 e por fim, chefe da comissão estatal militar quando Jiang Zemin se retirou, em março de 2005.

O presidente Hu Jintao continuou com a mesma política externa que seus predecessores Jiang Zemin e Deng Xiaoping, ou seja, uma política que busca de forma generalizada o status de “grande potência” global. No entanto, a Política Externa de Hu tornou-se mais flexível e pragmática, se comparada com a retórica mais rígida favorecida por Jiang (JANE’S, 2009, p. 229).

A Política Externa Chinesa tende a favorecer um sistema internacional multipolar, distribuído entre os Estados Unidos, a União Europeia e a China. O crescimento econômico e a influência diplomática chinesa, especialmente entre seus vizinhos no centro e sudeste asiático, mostra que a China tornou-se uma hegemonia regional. A Política Externa Chinesa tende a opor ao crescimento de rivais regionais, por exemplo, Beijing opôs à candidatura da Índia e do Japão ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e, na primeira Cúpula do Este da Ásia em Kuala Lumpur em 2005, opôs ao papel crescente da Índia no Este da Ásia, enquanto, criticava o aumento da influência dos Estados Unidos no sul da Ásia. A China também usa seu próprio fórum regional multilateral, o Shanghai Co-operation Organisation (SCO), em resposta ao crescimento da influência, dos Estados Unidos, na Ásia Central desde 2001 (JANE’S, 2009, p. 229).

Há nível global, a China tem favorecido as relações bilaterais, principalmente, nas relações econômicas, sendo que nos últimos anos, essa aproximação teve grande sucesso, e Beijing desenvolveu sua influência, especialmente na África, América Latina e Médio Oriente. Um fator que contribuiu para esse sucesso foi o estilo diplomático chinês. Enquanto que a diplomacia dos Estados Unidos, desde Guerra Fria, tem um forte componente ideológico, com foco na democratização e direitos humanos, a diplomacia chinesa possui um pequeno componente ideológico, baseado na exigência que os parceiros apoiem a política de “uma-China” (segundo a qual China continental e Taiwan são um mesmo Estado soberano e inalienável); China defende a não interferência nos assuntos internos dos Estados soberanos e também está disposto a investir no desenvolvimento da infraestrutura e economia dos países

menos desenvolvidos. Com o recente foco dos Estados Unidos no Médio Oriente e Ásia Central, a China tem aumentado sua influência em países onde a diplomacia dos Estados Unidos, e em menor grau da União Europeia, tem falhado.

Indiscutivelmente, o principal fator atrás da Política Externa de Hu tem sido a necessidade de acesso à energia, para suportar o rápido crescimento econômico chinês. China reconhece a importância de cultivar relações diplomáticas, econômicas, e, ocasionalmente, militares com os países produtores de petróleo. Historicamente, além das fontes domésticas, a China tem recorrido ao Médio Oriente, especialmente a Arábia Saudita e Iran, para suprir suas necessidades de combustível. A necessidade de desenvolver e manter o acesso aos países exportadores de energia tornou-se um dos principais objetivos da Política Externa Chinesa.

Como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, China tem potencial de ser uma grande força das relações internacionais, embora seja notável a sua pouca influência em questões consideradas importantes por outros membros, como a preservação do “*mainstream*” da comunidade internacional. Sua necessidade de mercados externos, recursos e capital, no contexto de recuperação da economia doméstica tem promovido a retórica de cooperação e coexistência pacífica proeminente na diplomacia pública chinesa.

No governo de Hu Jintao, tem-se dado ênfase a soberania e a resistência à intervenção unilateral em assuntos domésticos de Estados soberanos. China tem também enfatizado a necessidade de atuar em conjunto dentro de organizações internacionais como a ONU, ao invés de atuar unilateralmente.

Os fatores chave que incentivaram o engajamento chinês na África pode ser sumariado como uma combinação de dinâmicas domésticas, desejo de expandir para novos mercados e fatores da política internacional. O objetivo motivador tem sido a busca estratégica do governo Chinês por recursos naturais devido as suas crescentes necessidades energéticas, o que em parte reflete a posição do país como um centro mundial de produção. Os investimentos e atividades chineses mais importantes na África estão relacionados à esta demanda, radicada na mudança da economia e política doméstica. Uma necessidade sem precedente por recursos naturais está guiando a política externa chinesa no presente (ALDEN, 2008, p. 7).

Um futuro fator que interessa a China é o continente africano como mercado com grande potencial comercial para seus negócios. O governo e empresas chinesas consideram a África como um continente com uma população com potencial econômico para o consumo

(ALDEN, 2008, p.7). Qualquer viajante que chega ao continente é capaz de perceber que os produtos chineses são facilmente assimilados pela população local, devido, principalmente, ao seu baixo preço.

Também existem fatores de ordem política tais como a “*win-win cooperation*”. Os Estados africanos têm apoiado a China em diferentes contextos multilaterais, inclusive ajudaram na sua admissão na ONU. Por sua vez, a China aparece como o líder dos países subdesenvolvidos e defende uma nova ordem internacional política e econômica, caracterizada pela justiça, racionalidade, igualdade e benefícios mútuos e pela salvaguarda dos direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento.

Outras duas dinâmicas políticas, também são importantes para a política externa chinesa na África. A primeira é a competição estratégica da China com o Japão, que se manifesta na África. Isto é especificado, particularmente, no objetivo oculto de opor as aspirações japonesas de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, na qual o voto dos países africanos desempenharia um grande papel. Contudo, a segunda área é mais proeminente, mesmo que esteja perdendo importância para Beijing. O princípio de “uma China”, a principal exceção da política de “sem compromisso”, permite o governo de usar o suporte africano no seu interesse de unificar a China. Convidar os Estados Africanos – Burkina Faso, Gambia, Malawi, São Tomé e Príncipe e Suazilândia - que reconhecem Taiwan para comparecer na reunião da FOCAC como observadores, demonstra uma reaproximação chinesa desses Estados (ALDEN, 2009, p.8).

O apoio do governo central para as empresas estatais chinesas (State-Owned Enterprises - SOEs) tem sido importante em direcionar o investimento direto externo (IDE) na África. O continente é um lugar onde as companhias chinesas ganham experiência bem como estabelecem e ampliam os negócios. Enquanto a maioria das atividades empresariais e políticas ocorrem a nível estatal, incluindo SOEs, a crescente atividade de empreendedores privados tornou-se uma nova tendência em vários locais (por exemplo na Tanzânia, Namíbia e Cabo Verde).

A diplomacia energética chinesa tornou-se uma questão notável sob o governo de Hu Jintao, o que o levou à expansão da diplomacia, não apenas na África, mas em todo o mundo, incluindo o Médio Oriente e América latina. A diplomacia chinesa para os Estados produtores de petróleo é destinada, em grande medida, ao reforço de sua segurança energética.

Segundo Alden (2008, p. 11) o comércio entre África e China começou a crescer em 2000, quando o comércio oficial entre as duas partes atingiu US\$10,5 bilhões. Este número aumentou para US\$29,5 bilhões em 2004, aproximadamente US\$40 bilhões em 2005 e perto de US\$55 bilhões em 2006. Na primeira metade de 2007, o comércio entre China e África aumentou 25% em relação a 2006 alcançando US\$32 bilhões, de acordo com o Ministério de Comércio chinês. O valor do comércio entre essas duas partes está programado para atingir US\$100 bilhões em 2010, se não antes. A participação da China nas exportações africanas subiu de 1,3% em 1995 para 9,3% em 2004, e foi acompanhado por um declínio das exportações para os países da OECD. Se pensarmos no total das relações econômicas chinesas, a África é um pequeno parceiro comercial para a China: África representou 2,6% do volume total do comércio internacional Chinês em 2004. No geral, o comércio em 2005 gerou um déficit de aproximadamente US\$2,95 bilhões para a China. Na prática, isto significa um déficit com um pequeno número de produtores de recursos minerais (por exemplo, Angola, Sudão, República do Congo, e Guiné Equatorial).

Segundo Alden (apud CORREIO DO PATRIOTA, 2009) “o comércio bilateral entre a China e a África atingiu os US\$ 72 bilhões em 2007”. Enquanto que a Embaixada da República Popular da China no Brasil afirma que o comércio entre a China e a África atingiu os US\$ 106,8 bilhões no ano de 2008, 45,1% a mais que o ano anterior. As exportações para a África atingiram os US\$ 50,8 bilhões, um aumento de 36,3% e as importações da África alcançaram os US\$ 56 bilhões, 54% a mais do que o ano anterior.

Apesar de a África ter um papel pouco significativo no comércio total da China, as trocas comerciais entre os dois países tem crescido consideravelmente nos últimos anos (GRAF. 1), e a perspectiva é que aumente cada vez mais.

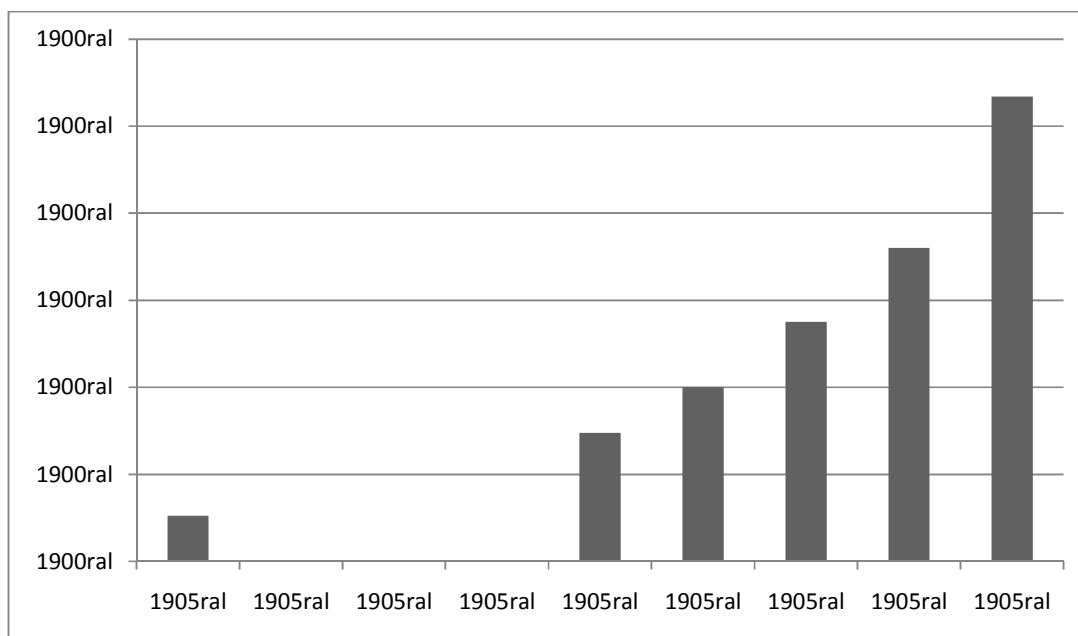


GRÁFICO 1 – Comércio oficial entre China e África em bilhões de dólares

Fonte - elaborado pela autora com dados de ALDEN, 2008, p. 11, Correio do Patriota, 2009 e Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2009.

Os investimentos da China na África aumentaram US\$ 552 milhões, ou seja 81%, durante o primeiro trimestre de 2010. A África tornou-se a terceira parceira comercial da China, com intercâmbios comerciais anuais estimados em US\$ 37,7 bilhões (JORNAL DE ANGOLA, 2010).

A China tornou-se importante mercado para os produtores de matéria-prima e commodities africanos, como é o caso de Angola, Nigéria, Sudão, Zâmbia, e os dois Congos. No geral, esses cinco países exportadores de petróleo e minerais representam 85% das exportações africanas para a China. O petróleo é o mais significativo produto de exportação, representando quase 100% das exportações angolanas para a China, tendo a viga de madeira, também, um papel importante (ALDEN, 2008, p.12).

Apesar da sua enorme importância para a África, o IED Chinês nesse continente continua sendo uma pequena proporção do total do seu IED (aproximadamente 3-5%). Nem todo o investimento é suportado diretamente pelo governo central chinês: há uma dinâmica emergente de investimento regional a partir de níveis inferiores do Governo chinês, incluindo à nível provincial, bem como o investimento empresarial privado. O domínio de grandes fornecedores de recursos naturais nas importações da China na África é refletida no padrão de investimento, concentrado nos Estados produtores de recursos naturais. O IED Chinês na

África aparece, predominantemente, orientado para recursos minerais. Em 2004, a China tornou-se o segundo maior importador de petróleo do mundo, depois de EUA, e a fonte de 30% do petróleo importado vêm da África. Angola é o maior fornecedor de petróleo da China, atualmente fornece em torno de 500.000 bpd ou 15% das importações Chinesas (ALDEN, 2008, p.14).

Uma importante dinâmica que facilita o investimento é o papel dos bancos estatais chineses. O Eximbank da China rapidamente se tornou a maior agência de exportação de crédito do mundo com operações significativas e expansivas na África. O Eximbank da China opera de forma diferente das normas de exportação de crédito vigente nas economias da OECD. Como um banco estatal, tem vindo a financiar projetos, geralmente, ligados a objetivos políticos. Oficialmente o Governo chinês foca no desenvolvimento da agricultura, infraestruturas, treinamento de recursos humanos e cooperação na área da saúde.

O perdão da dívida tem sido uma área eminente na ajuda chinesa e nas relações políticas. China comprometeu-se a perdoar, aproximadamente, US\$1,27 bilhões, da dívida de 31 países africanos. A Mídia e a cultura são sectores adicionais de expansão da cooperação. Atualmente existe o Instituto Confúcio em Ruanda, Zimbabwe, Madagáscar e Egipto, dois no Quênia e África do Sul e três na Nigéria.

O impacto chinês no governo da África é sem dúvida o elemento mais controverso da sua presença no continente. Devido à aproximação com “regimes párias” como os do Sudão e de Zimbabwe, Beijing não só tem irritado o ocidente como se encontrava em desacordo com um consenso emergente sobre a necessidade da boa governança na África (ALDEN, 2008, p.19).

O ritmo acelerado e a mudança da dinâmica na política externa da China em relação ao continente é uma característica notável de seu engajamento na África. Segundo Alden, (2008, p.22) a política chinesa para a África mudou de três formas diferentes depois da cúpula de Beijing de 2006. Mudou seu foco principal de aquisição de recursos naturais, para áreas como serviços financeiros e a expansão de atividades relacionadas à agricultura; houve uma tentativa de construir “ilhas” de investimento chinês em forma de Zonas de Cooperação Econômica em alguns países Africanos; e modificou o convencional pacote de investimentos de forma a dar maior ênfase na promoção social e comunitária. A ousada incursão nos serviços financeiros assinalou o aprofundamento das relações econômicas entre ambas as partes.

E finalmente, o aprofundamento da presença chinesa na África tem amplas implicações para o sistema internacional. Uma delas é o seu desafio à preeminência ocidental em uma região que há muito tempo atua como uma área restrita da Europa e como uma fonte, cada vez mais importante, de abastecimento para os Estados Unidos. A entrada da China em mercados através da combinação imbatível de diplomacia agressiva, generosidade financeira e baixo custo alimenta o sentimento de ressentimento das potências ocidentais.

1.3 - Os Países africanos de língua oficial portuguesa (Palop)

China tem importantes razões para aprofundar suas relações com o mundo lusófono. O primeiro deles seria a segurança energética, que seria suprida por países como Angola, Brasil, Guiné-Bissau e Timor Leste. O segundo está relacionado com o fato de 220 milhões de pessoas representarem um mercado maior para as mercadorias chinesas. E por último, a organização dos países lusófonos representa uma comunidade diplomática que a China pode utilizar para diminuir o espaço internacional de Taiwan.

As relações da China com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (sendo que este último não mantém relações com a República Popular da China, mas sim com Taiwan) é um bom exemplo de aproximação regional. O volume comercial total entre China e os PALOP aumentou de US\$ 11 bilhões em 2003, para mais de US\$ 34 bilhões em 2006 devido ao impulso dado pelo fórum de Macau.

Na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a China procura aproximar dos PALOP e Timor Leste, já que com o Brasil e Portugal prefere manter relações bilaterais. Apesar da sua pequena população e economia, representam uma grande fonte de recursos naturais derivados de indústria de pescado, agricultura, silvicultura, turismo, gás natural, carvão, minas e petróleo que vêm sendo explorados.

Entre os países dos Palop, Angola é o mais importante parceiro comercial chinês, e tornou-se o parceiro chave da China no continente africano. O comércio bilateral entre os dois países cresceu de US\$ 1 bilhão em 2002 para US\$ 11 bilhões em 2006. Têxteis, calçados e equipamento eletrônico são os principais itens de exportação chinesa, mas o comércio bilateral continua sendo dominado pelas importações chinesas de petróleo. Angola tornou-se o segundo maior produtor de petróleo na África (depois de Nigéria) e possui uma das maiores

reservas de diamante no mundo, assim como outros recursos tais como o ouro, urânio e fosfato.

O comércio bilateral entre Cabo Verde e China cresceu de US\$ 2,75 milhões em 2004 para US\$ 10 milhões em 2006. Cabo Verde é o país mais pobre em recursos minerais, nos Palop, possuindo apenas sal, calcário, e pescado (ALVES apud ALDEN, 2008, p.78-9).

Enquanto que o comércio entre China e Angola é deficitário para a China, o comércio entre China e Cabo Verde é superavitário para China, devido a dominação das exportações chinesas.

Juntamente com o comércio, investimentos e perdão da dívida, a China tem oferecido assistência financeira, concedendo empréstimos de longo prazo à taxas de juros muito baixas, direcionados, principalmente, para recursos naturais e reabilitação de infraestrutura.

Beijing cresce, gradualmente, como parceiro desses países e representa um influente agente no mundo lusófono, particularmente nos Palop, e usa Macau como uma ponte para alcançar seus propósitos.

De acordo com o jornal Angola Xyami (2008) entre 2003 e 2006, as trocas comerciais entre a China e a lusofonia triplicaram para um total de 25,6 bilhões de euros em 2006, um crescimento de 46,9% em relação a 2005. Segundo o Jornal Oje (2010) nos primeiros nove meses de 2010 o comércio entre a China e os países lusófonos aumentou 57%, para US\$ 68,2 bilhões, enquanto que em 2003 só alcançou US\$ 10 bilhões.

O secretário para a Economia e Finanças de Macau, Francis Tam anunciou que a China criará um fundo de apoio aos países lusófonos em vias de desenvolvimento com, aproximadamente, 145 milhões de euros para promover a cooperação bilateral. Os sete países lusófonos membros do Fórum Macau participaram esse ano, nos dias 13 e 14 de novembro na III conferência ministerial. Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste assinaram com a China, no dia 14 de novembro de 2010, o novo plano de ação para a cooperação econômica e comercial até 2013.

Capítulo 2 – Relações entre China e Angola

As relações entre China e Angola datam desde luta de libertação nacional. Angola viveu uma longa guerra civil, com a interferência de várias potências, entre as quais URSS, EUA e a própria China. A China alternou o seu apoio aos movimentos de libertação nacional, de acordo com a sua política externa em relação à Moscou. Com a morte de Savimbi e o fim da guerra civil no país, as relações entre os dois países desenvolveram, alcançando ótimos resultados, sendo que o país passou a ser o maior fornecedor de petróleo da China, no continente africano. Nesse capítulo procura-se caracterizar Angola, enfatizando a luta de libertação nacional e a guerra civil e depois se expõem as relações entre ambos os países.

2.1 - Caracterização de Angola

Em 1482, caravelas portuguesas lideradas por Diogo Cão, chegaram ao Reino do Congo, do qual fazia parte a atual Angola. A colônia portuguesa de Angola formou-se em 1575 e Luanda, a atual capital, tornou-se cidade em 1605.

Em 1836, o tráfico de escravos foi abolido, e, em 1844, os portos de Angola foram abertos aos navios estrangeiros. Com a Conferência de Berlim, Portugal viu-se obrigado a efetivar a ocupação territorial de suas colônias. Em 1850, Luanda já era uma grande cidade, cheia de firmas comerciais e exportava, juntamente com Benguela, óleos de palma e amendoim, cera, borracha, madeiras, marfim, algodão, café, cacau, entre outros produtos.

O fim da monarquia em Portugal leva a novas reformas no domínio administrativo, agrário e educativo; Angola passa a ser uma província ultramarina de Portugal.

Na segunda metade do século XX, surgem os primeiros movimentos nacionalistas. No entanto, a metrópole não cederia às propostas dos movimentos nacionalistas, desencadeando o conflito armado. Na luta pela independência destacaram-se três movimentos: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), chefiada por Holden Roberto; o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), liderada por Agostinho

Neto; e, mais tarde, a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), comandada por Jonas Savimbi (VIZENTINI, 2007, p. 122).

A FNLA e a UNITA eram correntes moderadas e pró-ocidentais de base étnica do norte (bakongos) e do sul (lunda, ambó, e nganguela), respetivamente, e o MPLA de tendência marxista, de base urbana e inter-étnica, mas com predominância dos quimbundos e ovimbundos, da região central e litorânea. FNLA era apoiada por Zaire (Mobutu era cunhado de Holden Roberto), Estados Unidos e China, a UNITA pela África do Sul, China e, discretamente, pela própria polícia política portuguesa, enquanto, o MPLA tinha o suporte cubano e soviético. Durante o desenvolvimento da luta armada, houve várias crises no relacionamento dos três grupos, e o reconhecimento da Organização da Unidade Africana (OUA) passou da FNLA para o MPLA, quando, mais tarde, foi descoberta a conexão da primeira com a CIA, embora os países moderados mantivessem seu apoio a essa e à UNITA. É preciso considerar, ainda, que o potencial militar de Portugal não era apenas o de um pequeno país pobre, na medida em que se tratava de um membro da NATO, a qual lhe forneceu apoio estratégico na repressão aos movimentos de libertação africanos (VIZENTINI, 2007, p.123).

O MPLA recebeu muito apoio dos países da Europa do Leste, principalmente da União Soviética. Também recebeu apoio de Cuba, que lhe prestou ajuda militar, inclusive com o envio de tropas, nas vésperas da independência angolana, em outubro de 1975.

Outro país que colaborou com o MPLA, foi o Brasil, que embora vivesse um regime militar e teoricamente fosse aliado aos Estados Unidos, foi o primeiro a reconhecer informalmente a independência de Angola, em março de 1975. A formalização deste reconhecimento ocorreu em novembro do mesmo ano, com a legitimação do governo de Agostinho Neto do MPLA (CUNHA, 2005, p. 7-8).

O projeto do MPLA demonstrou ser o movimento mais completo para o povo angolano na pós-independência, provando ser o mais confiável aos olhos da maioria dos países do mundo, fossem eles de orientação marxista ou capitalistas, como o governo brasileiro, que acreditou no projeto do MPLA, como o único capaz de unir o território angolano.

Dentro do continente africano, a FNLA teve apoio principalmente de Gana e do vizinho ex-Zaire, atual República Democrática do Congo, onde foi fundada o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), reconhecido de imediato pela OUA. De fora do

continente africano teve como principal apoio os Estados Unidos, através do ex-Zaire e do ditador Mobutu.

Os Estados Unidos consideravam a FNLA uma opção para o estabelecimento de um governo pró-ocidental em Angola na eventualidade da independência. Quando ela foi alcançada, em 1975, sob o governo do MPLA, o governo norte-americano não reconheceu o governo de Agostinho Neto e continuou a prestar apoio ao GRAE de Holden Roberto, até o final da década de 1970 (CUNHA, 2005, p. 10).

A UNITA, liderada por Jonas Savimbi, teve na década de 1960, uma orientação maoísta, com o apoio da República Popular da China, contudo no desenrolar da descolonização, com a eminente vitória do MPLA, de orientação marxista, e com o enfraquecimento da FNLA, na década de 1970, a orientação ideológica da UNITA mudou de lado, dentro do jogo da Guerra Fria, passando a ser anticomunista e pró-ocidental.

No continente africano, a UNITA teve, no início, o apoio de Zaire. No entanto, após a independência de Angola, este apoio foi retirado devido há problemas na província de Katanga, que tiveram cobertura do MPLA, entre 1977 e 1978, obrigando Mobutu a negociar acordos com o governo de Agostinho Neto. Assim o único aliado da UNITA na região passou a ser a África do Sul; através dela passou a entrar armas e dinheiro norte-americanos.

No dia 11 de novembro de 1975, Angola tornou-se independente de Portugal. E em março de 1976, eclodiram as primeiras confrontações entre os movimentos de libertação em Angola, depois de 14 anos de luta contra a dominação colonial portuguesa.

Depois da independência, os três movimentos angolanos (FNLA, UNITA e MPLA) formaram uma frente comum e assinaram, juntamente com a representação de Portugal, os Acordos de Alvor, que supunha a participação de todos eles no governo do país. Mas devido à existência de rivalidades políticas, não houve entendimento entre os três movimentos. Em março de 1976, começaram confrontos violentos entre o MPLA e a FNLA, que marcaram o início de uma longa guerra. O MPLA controlava Luanda com o apoio de Cuba e da União Soviética, a FNLA era apoiada pelo ex-Zaire, pela China e alguns países ocidentais, e, a UNITA pela África do Sul e Estados Unidos da América. A UNITA e a FNLA acabaram por se unir contra o MPLA, afastando Portugal do processo político de transição de Angola. Em 1988, a FNLA rendeu-se ao Governo de MPLA, mas, o mesmo não aconteceu com a UNITA que continuou lutando contra o regime no governo. Essa guerra duraria até o ano de 2002, logo após a morte de Savimbi, colocando um fim a quase três décadas de guerra.

2.1.1 - Contextualização econômica

Os principais recursos naturais de Angola são o petróleo, diamantes, minério de ferro, fosfato, cobre, feldspato, ouro, bauxita e urânio, sendo que ainda possui um terreno com excelentes condições para o plantio e pastagens.

A exploração de recursos minerais em Angola começou no início do século XX, segundo Oliveira (2007, p. 85):

A pesquisa por prospecção de hidrocarbonetos em Angola começou em 1910, sendo que em 1915 foi descoberto o primeiro poço, mas sua atividade foi abandonada. Em 1952 a procura por petróleo recomeçou, sendo que em 1955 foi descoberto o primeiro poço comercialmente viável. Em 1962 ocorreu a primeira descoberta *offshore* em Cabinda, pela subsidiária da Gulf, a *Cabinda Gulf Oil Company* (CABGOC).

A indústria petrolífera participava de 60% do PIB angolano em 2000, diminuindo para a faixa entre 54% e 48% de 2001 à 2003. Isso deixa Angola muito vulnerável ao exterior, porque pequenas variações no preço do petróleo alteram expressivamente as exportações e têm grande impacto na economia do país (OLIVEIRA, 2007).

As minas de diamantes são a segunda maior fonte de receitas de exportação angolanas. Assim como acontece em outros países, os dados oficiais sobre o comércio de diamantes não são confiáveis, devido ao contrabando. Sendo que grande parte das reservas não foram contabilizadas nas estatísticas do Governo, porque se localizavam em províncias sob o controle da UNITA (ANGOLA, PERSPECTIVA ECONÔMICA EM ÁFRICA, 2005). A produção de diamantes em Angola alcançou os 9,7 milhões de quilates, um valor estimado em US\$ 1,272 bilhões (JORNAL ANGOLA XYAMI, 2008).

Os Estados Unidos são o principal destino das exportações de petróleo e diamante angolanas, seguidos pela China. Enquanto que a União Europeia é a responsável pela metade das importações angolanas.

O crescimento da economia interna, em setores não mineiros tem sido lento. As terras cultivadas representam apenas 3% das terras férteis. A agricultura foi prejudicada pela guerra, devido ao clima de insegurança e à crescente dificuldade dos agricultores em conseguir mão-de-obra e sementes. A agricultura também é afetada pela presença de minas em todo o país.

Antes da guerra civil, o país dispunha de um setor manufatureiro próspero que era responsável por 18% do PIB em 1973. Atualmente, esse setor é composto por pequenas indústrias e sua participação diminuiu para menos de 4%. Quanto às grandes indústrias, funcionam a um nível bem inferior da sua capacidade máxima (refinaria de petróleo) ou são inoperantes (aço).

A infraestrutura recupera-se de forma lenta, sendo as estradas uma prioridade. Tais atividades, inclusive a construção de imóveis residenciais em Luanda, sustenta o setor de construção, que cresceu 12,6% em 2003.

Durante a guerra civil, Angola registrou taxas de inflação superiores a 100%. Esse nível permaneceu elevado mesmo depois de 1987, quando o país adotou um planejamento descentralizado, a liberalização econômica e criou programas para combater a inflação.

Os enormes desequilíbrios orçamentais, juntamente com os consideráveis déficits das operações do banco central, afetaram a estabilização dos preços. Numa conjuntura de preços mundiais firmes e um aumento da extração, as receitas provenientes do petróleo, contraídos juntos a bancos comerciais internacionais, serviram para financiar o aumento constante das despesas (salários de grandes efetivos militares e funcionários públicos, compra de armas e subsídios ao consumo). Essas políticas conduziram a enormes déficits públicos (setores outros que não petrolífero) e a baixa das reservas de divisas (ANGOLA, PERSPECTIVA ECONÔMICA NA ÁFRICA, 2005).

Em 2009, o país foi profundamente atingido pelo colapso dos preços do petróleo. O seu crescimento econômico estagnou, quanto antes da crise era uma das economias que mais crescia no mundo. O país registrou um crescimento negativo do PIB de -0,6% em 2009. Mas para 2010 espera-se um aumento para 7,4% devido ao aumento do preço dos hidrocarbonetos. A economia angolana continua dependendo fortemente das receitas do petróleo, mas nos últimos três anos os outros setores têm apresentado um crescimento significativo em relação ao do setor petrolífero (ANGOLA, PERSPECTIVA ECONÔMICA NA ÁFRICA, 2010).

Angola enfrenta diversos problemas sociais, tendo mais de metade da população ainda na pobreza, um alto índice de analfabetismo e um fator que complica ainda mais é o fato do país estar entre os mais corruptos do mundo. No ranking de desenvolvimento humano da PNUD, de 2010, Angola ocupa a 146ª posição, num total de 169 países, tendo ainda um desenvolvimento humano baixo. Segundo o site Perspectivas Econômicas na África (Governança política e Econômica, 2010), Angola figura entre os Estados mais corruptos em

África, o que é uma tendência entre países ricos em recursos naturais. Apesar da sua capacidade em gerar riqueza interna em termos de receitas governamentais, Angola continua vinculada à uma economia não diversificada, fraco crescimento, crescente pobreza e cada vez mais desigualdade.

2.2 - Relação entre China e Angola

O envolvimento chinês em Angola remonta aos primeiros anos da luta anticolonial, através do seu apoio aos três movimentos de libertação: MPLA, UNITA e FNLA. Nesse período a Revolução Cultural na China encontrava-se no seu auge, e, as relações eram definidas pela política da Guerra Fria. No início dos anos de 1960, o MPLA contava com a assistência política e militar chinesa, por ainda ser pró-Rússia. Mas depois do reconhecimento da FNLA e da UNITA, pela OUA, como movimentos de libertação legítimos e dos desacordos entre Beijing e Moscou, esse suporte cessou e China interessou-se pelos movimentos rivais. Em 1963, Holden Roberto reuniu-se com o Ministro dos negócios estrangeiros, Chen Yi, em Nairobi, e China passou a fornecer a maioria do seu armamento. De igual modo, em 1964, Jonas Savimbi reuniu-se com Mao Zedong e o primeiro ministro Zhou Enlai na China, onde recebeu treino militar e tornou-se um discípulo do Maoísmo (CAMPOS, 2008, p.2).

Com o fim da Revolução Cultural no início dos anos de 1970, China forneceu treinamento militar aos comandantes e guerrilheiros do MPLA. Contudo, as divisões internas dentro do MPLA, e o desejo da China de balançar o forte suporte soviético ao MPLA, fez com que essa ajuda fosse de curta duração. O apoio chinês, mais uma vez se direcionou aos outros dois movimentos de libertação. Embora a UNITA tenha recebido algum apoio, o interesse chinês foi orientado, principalmente, em direção a FNLA.

Em abril de 1974, um golpe militar derrubou o regime português em Lisboa. Esse golpe levou as grandes potências mundiais a determinarem suas políticas para Angola. A política chinesa se opôs aos soviéticos, devido ao seu receio de Moscou aumentar sua influência em Angola, através do MPLA.

Em maio de 1974, o primeiro grupo de chineses, constituído por 112 instrutores chegaram ao ex-Zaire para ajudar o FNLA, e entre agosto e princípios de setembro do mesmo ano, um carregamento de 450 toneladas de armas foram entregues a FNLA no ex-Zaire. A

China também abastecia a UNITA e a facção rival dentro do MPLA (que acabou por se unir, mais tarde, a FNLA). China estava confiante que o MPLA estava, fatalmente, enfraquecido devido a divisões internas, e de forma precipitada, enviou uma grande quantidade de suprimentos para consolidar sua influência na FNLA. Em resposta, Moscou começou a fornecer armas a facção do MPLA de Agostinho Neto, no final de 2004, embora os suprimentos chineses ultrapassassem os soviéticos. Somente mais tarde, em 1975, Moscou começou um carregamento massivo de armas para o MPLA (TAILOR, 2006, p. 78).

Uma série de acordos de paz foram aceites entre os movimentos de libertação, o que culminou, em janeiro de 1975, no Acordo de Alvor, que estabeleceu uma coalizão de transição antes da independência prevista para novembro daquele ano. A China apoiou os acordos de paz e a tentativa da OUA de juntar os três movimentos.

No entanto, a reconciliação entre as três forças era improvável, devido à desconfiança mútua e a importância dada aos interesses de cada força. Esse contexto levaria Angola à guerra. China enviou um carregamento de 93 toneladas de armamento para Dar-es-Salaam com o objetivo que chegassem à UNITA. Mas o presidente Nyerere não permitiu que essas armas chegassem ao seu destino, impedindo os esforços da China em ajudar Savimbi. A política externa chinesa para Angola acabou fracassando, quando em novembro de 1975, o MPLA, apoiado pelos soviéticos, assumiu o poder e declarou Angola independente. China abandonou o conflito, oferecendo apenas apoio retórico e se recusou a reconhecer o governo do MPLA ou da FNLA/UNITA.

Inicialmente, China recusou-se a reconhecer a independência de Angola, o que levou ao estabelecimento de relações diplomáticas entre Beijing e Luanda apenas em 1983. O primeiro acordo comercial foi assinado em 1984, e uma Comissão econômica e comercial foi criada em 1988, mas sua primeira reunião foi realizada mais tarde em dezembro de 1999, com uma segunda reunião em maio de 2001 (CAMPOS, 2008,p. 3).

As relações entre China e Angola melhoraram, de forma gradual, na década de 1990. Angola passou a ser o segundo maior parceiro da China na África, depois da África do Sul.

Após o fim do conflito em 2002, as relações entre China e Angola passaram rapidamente de uma base de defesa e segurança para uma base econômica. As relações sino-angolanas alcançaram um nível elevado, em 02 de março de 2004, quando a primeira linha de crédito chinesa para Angola foi aberta. Esse empréstimo era de US\$ 2 bilhões e destinava-se ao financiamento da reconstrução da infraestrutura da indústria petrolífera em Angola,

destruída em todo o país, devido à guerra. O diretor executivo da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), Manuel Vicente, visitou a China, o que resultou no estabelecimento de duas *joint ventures* entre a Sonangol e a *China National Petroleum Corporation* (CNPC), a maior companhia de petróleo chinesa. Uma focada na produção de gás e petróleo em Angola, e outra na indústria petrolífera e investimento em infraestrutura, não somente em Angola, mas também em outros países. Desde então, a cooperação entre ambos os países tem sido caracterizado por frequentes visitas oficiais, de ambas as partes, visando reforçar, ainda mais a parceria.

Em janeiro de 2005, a primeira parcela, de US\$ 1 bilhão, foi disponibilizada, e a segunda parcela foi liberada mais tarde. Pouco depois da visita do vice primeiro ministro chinês, um novo empréstimo, sem juros, de US\$ 6,3 milhões foi anunciado em 2005. Um futuro empréstimo, em oil-backed, foi aprovado em março de 2006 (FERREIRA apud ALDEN, 2008, p.300).

O primeiro ministro Wen Jiabao visitou Angola e anunciou um terceiro empréstimo no valor de US\$ 2 bilhões, em junho de 2006. Nesta ocasião, as duas partes assinaram um memorando de entendimento em créditos adicionais, bem como sete acordos de financiamento em setores das telecomunicações e da pesca. Isto aconteceu logo após a assinatura de uma parceria entre a Sonangol e a China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec), para a construção de uma grande refinaria no Lobito (FERREIRA apud ALDEN, 2008, p.298).

A economia angolana depende fortemente do petróleo, setor de capital intensivo muito pouco articulado com outros setores da economia. Desde o início da produção em grande escala, no final dos anos 70, o petróleo tem dominado a economia angolana. Em 2003, o petróleo era responsável por mais de 45% do PIB, 75% das receitas do Governo e por 90% das exportações. A empresa estatal Sonangol, única proprietária dos campos de petróleo, participa da extração e exploração do petróleo e é responsável por 35% das vendas de petróleo do país (ANGOLA, PERSPECTIVA ECONÔMICA NA ÁFRICA, 2005).

O número de residentes chineses em Angola tem crescido, significativamente, nos últimos anos. Até 2005, os portugueses eram a principal força de trabalho estrangeira no país. Em 2006, os chineses ultrapassaram os portugueses com, aproximadamente, 15.000 residentes com visto de trabalho. Em 2007, o número ultrapassou os 22.000. A maioria desses chineses são trabalhadores pouco qualificados, que entraram no país sob o âmbito da linha de crédito

chinês. Existem relatos de graves problemas sociais, pois esses trabalhadores quase que não têm contato com os angolanos e o idioma local é um verdadeiro desafio para eles.

Apesar dos custos de começar um negócio em Angola, há um número crescente de jovens empresários chineses que buscam empreendimentos pelo país. Geralmente eles queixam-se da barreira linguística, a falta de infraestrutura e da burocracia. Angola herdou o sistema burocrático português, o que dá aos empresários portugueses e brasileiros vantagem linguística e cultural sobre os outros (CAMPOS, 2008, p. 23).

2.2.1- Investimento Direto Externo

A China tem aumentado, significativamente, o seu investimento direto externo (IDE) em Angola nos últimos anos. Embora a maior parte das operações chinesas em Angola estejam concentradas em infraestruturas petrolíferas e na exportação de petróleo, houve um aumento significativo do IDE chinês em setores não petrolíferos (CAMPOS, 2008, p.14).

Segundo Guo Zhen Fu, presidente da Nissan na China, a estabilidade econômica em Angola diminui os riscos de investimento e prevê estabilidade para os investidores. O governo angolano, também tem incentivado o setor privado através de uma lei de novos investimentos que prevê o mesmo tratamento às empresas estrangeiras e nacionais, um novo código comercial, e uma lei fundiária com o objetivo de esclarecer os direitos de propriedade e posse consuetudinária. Além disso, o governo angolano, através de sua Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP) promove o investimento privado dos cidadãos nacionais e estrangeiros, proporcionando incentivos fiscais em setores industriais específicos e zonas de desenvolvimento (CAMPOS, 2008, p.14).

De acordo com o site da Perspectiva Econômica na África (2005, p. 57):

Três fenômenos relacionados atraem o IDE em Angola: a descoberta de novos campos de petróleo, a melhoria da rentabilidade das explorações em águas profundas num contexto de preços de petróleo elevados, e o interesse estratégico do potencial energético do atlântico sul para as empresas americanas. A Chevron Texaco, em particular, afetou US\$ 11 milhões para investimento nos próximos cinco anos. Apesar da sua contribuição positiva para o PIB e para as exportações, os projetos petrolíferos implicam intensas importações, mas têm pouca articulação com empresas locais. (...) a integração entre empresas nacionais e estrangeiras limita-se a atividades muito pouco especializadas, como restauração e serviços de limpeza.

Os outros setores da economia angolana atraem muito pouco investimento direto externo. Os empresários ainda sentem que correm um elevado risco, apesar dos incentivos dados pelo governo.

No IDE em Angola, China está na quarta posição, atrás de Portugal, África do Sul e Brasil, e à frente do Reino Unido e dos Estados Unidos, mas, mesmo assim, o IDE chinês em Angola é considerado pequeno. Com a exceção do setor petrolífero, poucos investimentos chineses podem ser claramente identificados. Mas, registra-se um crescimento do investimento chinês no comércio varejista, em restaurantes, na produção de cimento e de ferro. Mas o setor que mais recebe investimentos chineses, exceto o petrolífero ou de diamantes, é o da construção civil (TAB. 1). Algumas empresas chinesas envolvidas em projetos vinculados às linhas de crédito chinesas estabeleceram em Angola após a conclusão de seus projetos. O aumento da participação chinesa na construção civil reflete a urgente necessidade de infraestrutura.

Tabela 1 – IDE chinês, por setor, em Angola (2005-2007)

Setor	Investimento (milhares de US\$)
Construção	41,301
Indústria	21,573
Comércio	1,204
Transporte	7,070
Imóveis	510
Indústria Extrativa	500
Indústria piscatória	1,478

Fonte: CAMPOS, 2008, p. 15

Nota: A indústria extrativa exclui a indústria petrolífera e diamantífera.

As relações financeiras entre China e Angola tiveram um incremento no final de 2003, quando um acordo para uma nova cooperação econômica e comercial foi formalmente assinada pelo Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio da China. No dia 21 de março de 2004, o primeiro pacote de financiamento, de US\$ 2 bilhões, para projetos de investimento público foi aprovado (CAMPOS, 2008, p.6.).

A primeira fase desta linha de crédito envolve trinta e um contratos de energia, água, saúde, educação, comunicação e obras públicas. Isso corresponde a 50 projetos em todo o país, avaliado em US\$ 1,1 bilhão. Sete empresas chinesas estão engajadas nesta fase inicial, sendo o maior projeto, o da reabilitação de 371 km de estrada entre Luanda e Uíge. No sector da saúde, tem sido a reabilitação e ampliação dos hospitais provinciais e municipais e vários centros de saúde distritais. No setor da educação, o foco é a reabilitação de escolas secundárias e politécnicas. Na agricultura, US\$ 149 milhões permitiram a aquisição de novas máquinas agrícolas, bem como a reabilitação do sistema de irrigação nas localidades de Luena, Caxito, Gandjelas e Waco Kungo (CAMPOS, 2008, p.6).

Na segunda fase desse empréstimo serão implantados 17 contratos que implicam mais de 52 projetos, alguns dos quais são projetos inacabados da primeira fase. Embora a educação continue sendo uma prioridade, a segunda fase também apoia atividades piscatórias e projetos de telecomunicações. Na área da pesca, o contrato assinado com a empresa chinesa, *National Machinery Equipment Import Export*, irá financiar a aquisição de 36 grandes traineiras de pesca e 3.000 embarcações para uso artesanal e industrial, assim como de dez navios da guarda costeira. Este investimento de US\$ 267 milhões prevê a criação de empregos para 20.000 pessoas, diretamente, e, 100.000 indiretamente. Nas telecomunicações, aproximadamente US\$ 276 milhões serão usados para a construção de redes de nova geração, incluindo redes de transmissão óptica, protocolo de internet (CAMPOS, 2008, p.7).

Para cada projeto proposto o governo chinês propõem três ou quatro empresas nacionais para a sua execução. O Gabinete de Apoio Técnico (GAT) de gestão de linha de crédito inspeciona a implementação dos projetos financiados pela linha de crédito do Eximbank, assegurando a conclusão rápida e eficiente dos projetos.

Em 2005, a *Chinese International Fund* (CIF) emprestou US\$ 2,9 bilhões para ajudar na reconstrução de Angola. Esta linha de crédito é gerenciada pelo escritório de reconstrução de Angola, o Gabinete de Reconstrução nacional (GRN), que presta contas diretamente à presidência de Angola (CAMPOS, 2008, p.9).

Em setembro de 2007, um novo empréstimo do tipo *oil-backed* de US\$ 2 bilhões foi assinado em Luanda pelo ministro das finanças de Angola José Pedro de Morais e o presidente do Eximbank, Li Ruogu. Esta nova linha de crédito destina-se ao financiamento adicional de 100 projetos aprovados pelo Conselho de ministros em novembro de 2007. Em dezembro de 2007, 51 empresas chinesas foram registradas na ANIP. Mas de 50% dessas empresas envolveram-se com a construção civil, as outras estão envolvidas no comércio varejista de produtos alimentícios, fabricação de produtos de borracha, engarrafamento de água mineral e outras indústrias leves (CAMPOS, 2008, p.8).

Entre 2005 e 2007, 50 projetos, avaliados em US\$ 73,6 milhões foram aprovados pelo ANIP. Embora houvesse um importante aumento a partir de 1990, quando o IDE aumentou de US\$ 500 mil para US\$ 1 milhão, ainda é relativamente pequeno se comparado à Portugal e África do Sul. Porém, o IDE chinês em Angola está previsto a crescer nos próximos anos, à medida que novos acordos de cooperação entre os dois países são assinados com o objetivo de atrair novos investidores, fornecendo proteção legal, credibilidade e estabilidade ao seu investimento (CAMPOS, 2008, p. 14-5).

O setor petrolífero tem atraído a maior parte dos investimentos chineses em Angola. Logo depois da abertura da primeira linha de crédito chinesa para Angola, em março de 2004, a Sinopec Group (maior companhia energético-petroquímica da China), adquiriu sua primeira participação na indústria de petróleo de Angola, administrando 50% do BP² do bloco 18.³ A Sonangol Sinopec International (SSI) é uma *joint venture* entre a companhia petrolífera nacional Sonangol e a Sinopec, criada para atuar no bloco 18. O grupo Sinopec detém uma participação de 55% da *joint venture*, sendo os restantes 45% da Sonangol (CAMPOS, 2008, p. 16).

Os chineses também demonstraram interesse nos diamantes de Angola. No dia 06 de abril de 2005, o Conselho de Ministros angolanos aceitou um acordo de *joint venture*, entre a Empresa Nacional de Diamantes de Angola, Exploração e Produção (Endiama, EP) e a China International Fund (CIF). Aprovou também a participação da Endiama na criação da Endiama China International Holding Lds. (Endiama China), com sede em Hong Kong, que atua na prospecção, produção e no mercado de diamantes, incluindo corte de diamantes e produção de jóias em Hong Kong.

² British Petroleum.

³ Área de extração de minérios, localizada à 160 km de Luanda. Foi descoberto em 1999-2001, e, é primeiro ativo BP operando em Angola.

As reservas de cobre angolanas também interessam a China. Segundo Ferreira (apud ALDEN, 2008, p. 308) “em novembro de 2004, foi criada uma comissão técnica multisetorial para estudar o projeto de exploração das minas de cobre em Mavoio Tetelo e Bembe, na província de Uíge”.

Em relação às obras públicas, a *China Roads and Bridges Corporation* e a CFI estão reconstruindo inúmeras estradas e pontes. A CIF e a *China Export Corporation* são responsáveis pelo setor de saneamento básico. Na área de habilitação de edifícios públicos, a CIF e a *Jiangsu International* desempenham um papel importante. No setor ferroviário um consórcio de três empresas chinesas (CMEC, TEC, KIDL), escolhidas pelo próprio governo está operando.

Nas telecomunicações, o Conselho de Ministros de Angola discutiu, em fevereiro de 2005, um projeto juntamente com *Chinese ZTE Corporation International* que pretende investir US\$ 400 milhões nesse setor. O país também recebeu um investimento de US\$ 30 milhões da CIF, para a abertura da CSG Automóvel-Angola, projetado para montagem de automóveis da Japonesa Nissan em Luanda, prevista para final de 2007, mas só entrou em funcionamento no ano seguinte (FERREIRA apud ALDEN, 2008, p. 305-6).

Diversos encontros ocorreram em 2009 entre as delegações dos dois países, visando o reforço dos investimentos que, no total, ronda os US\$ 6 bilhões, e que deverão ser postos à disposição do governo angolano, através do Eximbank, Banco Nacional e Banco de Comércio e Indústria da China (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA, 2010).

2.2.2- Comércio entre Angola e China

O comércio entre China e Angola teve um crescimento notável nos últimos anos. Na década de 1990, o comércio bilateral entre os dois países variou em média de US\$ 150 milhões para US\$ 700 milhões. Em 2000, o comércio ultrapassou US\$ 1.8 bilhões, e até final de 2005 atingiu os US\$ 6.9 bilhões (CAMPOS, 2008, p.12). Segundo Chris Alden (apud Governo de Angola, Portal de Empresas, 2009), o comércio bilateral entre a África e a China atingiu US\$ 7,2 bilhões em 2007.

As exportações angolanas de petróleo, para a China, tiveram um incremento de 20%, em 2002. Nesse contexto, Angola tornou-se o principal fornecedor de petróleo africano para a

China. Em 2004, as exportações de petróleo angolano para a China alcançaram os US\$ 4,7 bilhões, ou seja, 33% de todo o petróleo importado da África e 20% do total das importações chinesas de petróleo. Isso faz de Angola o terceiro maior fornecedor da China, depois de Arábia Saudita e Irã, com 25% da produção de petróleo exportada para a China. Em 2005, o petróleo bruto de Angola representou 45,5% das importações chinesas de petróleo africano, e, Angola tornou-se o segundo maior fornecedor de petróleo da China, após Arábia Saudita. Nos primeiros meses de 2006, Angola tornou-se líder nas exportações de petróleo para a China, com 500.000 bpd⁴, superando a Arábia Saudita. Isso representou 16,6% do total chinês de importações de petróleo durante a primeira metade de 2006 e 70% de todo o petróleo e derivado da África. No mesmo período em 2007, Angola caiu para a segunda posição, mas continuou sendo responsável por 14,1% e 60% das importações chinesas no mundo e na África, respetivamente (FERREIRA apud ALDEN, 2008, p.302).

Tabela 2 – Comércio exterior entre China e Angola (US\$ milhões)

	2002		2003		2004		2005		2006	
	Valor	Ranking África	Valor	Ranking África	Valor	Ranking África	Valor	Ranking África	Valor	Ranking África
Importação	1.087		2.231	1°	4.717	1°	6.578	1°	11.050	1°
% na África	9,6		6,7		4,8		2,9		8,8	
Exportações para	61		145		190		372		894	
Total	1.148	5°	2.376	2°	4.907	2°	6.950	1°	11.944	1°

Fonte: FERREIRA apud ALDEN, 2008, p. 303.

Nota: A importação é proveniente de Angola e as Exportações são destinadas à Angola.

Embora haja um aumento no valor das importações e exportações, no comércio bilateral, entre 2002 e 2006, em termos absolutos a diferença entre os dois (importação e

⁴ Barril por dia

exportação) expandiu. O déficit comercial da China aumentou de US\$ 1 bilhão para US\$ 11 bilhões conforme registrado na TAB. 2.

Em relação à Angola, na década de 1990, as importações de produtos chineses tiveram um nível muito baixo, entre US\$ 10 à 30 milhões. No entanto, em 2005, a China se tornou a quarta maior fornecedora de Angola, atingindo um valor de US\$ 372 milhões, com uma quota de 4,5% do mercado. Em 2006, a China tornou-se a terceira fornecedora, superando a África do Sul e aumentando a sua quota de mercado para 9,3% ou US\$ 894 milhões (FERREIRA apud ALDEN, 2008, p.303).

Tabela 3 – Quotas chinesas de mercado, no comércio exterior em Angola (%).

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Importação	1,3	1,5	1,4	1,8	1,3	nd ⁵	nd	1,6	2,3	3,3	4,5	9,3
Exportação	3,8	5,0	13,2	4,0	7,3	22,8	10,6	13,6	23,6	35,7	29,6	35,6

Fonte: FERREIRA apud ALDEN, 2008, p. 304

A China tornou-se um dos principais destinos das exportações angolanas, e, espera-se que nos próximos anos, a penetração de produtos chineses em Angola será maior, aproximando das importações de Portugal. Para impedir que esse crescimento seja de forma descontrolada, foi criada, recentemente, a Câmara de Comércio para as empresas chinesas em Angola, reunindo 26 empresas chinesas que operam em Angola. As exportações chinesas têm um papel insignificante para o mercado angolano, enquanto que o contrário não se verifica; as exportações angolanas representam uma grande “fatia” do mercado chinês em África.

O petróleo representa mais de 95% das exportações angolanas, e também, é o principal item de importação chinesa em Angola. Nos últimos seis anos, a China tem sido o segundo maior importador de petróleo de Angola, atrás dos Estados Unidos, representando, 9,3 à 30% do total das exportações de petróleo de Angola. Apesar da liderança dos Estados Unidos nas importações de petróleo angolano, desde 2002 as exportações para a china

⁵ Não definido

aumentaram sete vezes, em contrapartida às importações dos Estados Unidos que só cresceram 3,5 vezes (CAMPOS, 2008, p.12).

As exportações de petróleo angolano para a China alcançaram os US\$ 3.9 bilhões em 2004, tornando-se o terceiro maior fornecedor, depois de Arábia Saudita e Irã. Em 2005, Angola ultrapassou o Irã, totalizando 17,46 milhões de toneladas, 45,5% da importação chinesa de petróleo africano. Nos primeiros seis meses de 2006, Angola, temporariamente, ultrapassou a Arábia Saudita como o maior fornecedor de petróleo da China, com 23,45 milhões de toneladas de petróleo saindo do país nesse ano. A importação de petróleo angolano, agora representa mais de 18% do total das importações de petróleo chinesas, e esta proporção está a aumentar (CAMPOS, 2008, p.12).

Nos últimos anos, as exportações chinesas para Angola, também ganharam um significativo aumento. Em 2004, China tornou-se o quarto maior parceiro angolano, com US\$ 194 milhões, um aumento significativo, já que em 2006, era o sétimo maior parceiro comercial. Em 2006, China manteve sua posição, apesar do fato das exportações chinesas para Angola quadruplicarem, com as barras de ferro e aço, baterias, cimento e automóveis, como as principais importações de Angola. No início de 2007, a China ultrapassou o Brasil e a África do Sul, tornando-se o segundo maior parceiro angolano, atrás de Portugal. As importações angolanas atingiram US\$ 368 milhões, um aumento de 106% em relação ao mesmo período no ano passado (CAMPOS, 2008, p.12-3).

Apesar do aumento no valor das importações e exportações, no período analisado, Angola tem vindo a manter um grande superávit comercial com a China, devido ao rápido crescimento das importações de petróleo chinesas. Com o aumento dos projetos de infraestrutura e a maior competitividade das exportações chinesas, devido aos baixos custos, em relação às exportações europeias, espera-se que, nos próximos anos a penetração de produtos da China aumente, significativamente, igualando ao nível das exportações portuguesas (CAMPOS, 2008, p. 13).

Capítulo 3 - Relações entre China e Cabo Verde

Existem registros de contatos entre China e representantes do movimento de libertação em Cabo Verde, durante a luta de independência, mas devido a pouca importância estratégica do país para os interesses chineses na época, esses contatos foram apenas de instruções para militantes. A República Popular da China tem financiado diversos projetos em Cabo Verde, mas o fato do país não dispor de recursos minerais, faz com que esses financiamentos sejam pequenos, se comparado à outros países lusófonos. Nesse capítulo procura-se caracterizar Cabo Verde e fazer um relato das relações entre os dois países.

3.1 - Caracterização de Cabo Verde

Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses em Maio de 1460, sendo que o local não tinha vestígios de presença humana. Dada a posição estratégica, nas rotas que ligavam entre si a Europa, a África e a América, as ilhas serviram de entreposto comercial e de aprovisionamento de navios, com destaque para o tráfico de escravos. A economia de Cabo Verde desenvolveu-se com este comércio, mas com a abolição do tráfico de escravos, a constante deterioração das condições climáticas e os poucos recursos, Cabo Verde entrou em decadência e passou a viver com base numa economia pobre, de subsistência.

Em Cabo Verde, foi criada a primeira cidade construída pelos portugueses nos trópicos, a cidade de Ribeira Grande, que posteriormente ficou conhecida como Cidade Velha. A cidade permaneceu ativa por mais de três séculos e a vulnerabilidade causada pelos ataques de piratas fez com que fosse transferida para a cidade da Praia, capital de Cabo Verde até os dias de hoje.

Em 1956, foi fundado o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), por Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Luís Cabral, promovendo a luta contra o colonialismo português. No dia 19 de dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o PAIGC e Portugal, instaurando-se um governo de transição em Cabo Verde. Este mesmo governo proclamou a independência do arquipélago no dia 5 de julho de 1975.

O PAIGC foi reconhecido como o único e legítimo representante dos povos da Guiné Bissau e de Cabo Verde. Mas em 1980, a unificação com a Guiné foi abandonada devido a um golpe de Estado. Agora em vez de PAIGC, passa a atuar em Cabo Verde o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV).

No período pós-independência, Cabo Verde foi governado por um regime de partido único, segundo um modelo inspiração marxista. Nesse período Cabo Verde adotou uma política de não alinhamento, distanciando dos blocos políticos que polarizavam o mundo. O país recebia ajuda, tanto da URSS como da China, dos EUA e dos países da Europa ocidental.

Segundo Mendes (2010, p. 17):

(...) na década de 1980, o país seguiu um modelo de industrialização para substituição das importações, criando empresas públicas, sustentadas pela ajuda pública ao desenvolvimento (APD). Na década de 1990, com a abertura política, houve mudança no modelo de desenvolvimento, baseado, então, na economia de mercado de base privada, com o Estado a exercer mera função de regulador e não mais de produtor. Essa política de liberalização da economia, com uma forte aposta no setor privado, e também na inserção dinâmica na economia mundial, são as diretivas atuais de desenvolvimento do país.

Em 1991, ano em que o governo optou pelo regime multipartidário e democrático, realizaram-se as primeiras eleições livres do país e o PAICV foi derrotado, conseqüentemente, o Presidente Aristides Pereira foi afastado do cargo. O Movimento para a Democracia (MPD), principal partido da oposição, saiu vitorioso e António Mascarenhas Monteiro foi eleito o novo Presidente da República.

Durante os 10 anos de governação do MPD, o partido abriu o país ao investimento externo o que resultou num impulso importante para a diminuição do desemprego, promoção do turismo e abertura da economia ao exterior, mas esse esforço conduziu ao desequilíbrio das contas internas.

O MPD governou o país por 10 anos, até 2001, quando foi derrotado pelo PAICV, que, curiosamente, governa o país há 10 anos. As próximas eleições serão realizadas no primeiro trimestre de 2011.

Enquanto país saheliano⁶ e insular enfrenta vulnerabilidades múltiplas e escassos recursos naturais. Por isso o país precisa apostar na boa governação e na credibilização do

⁶ Região da África que se situa entre o deserto de Saara e as terras mais férteis do sul. Mesmo que Cabo Verde se encontra fora do continente faz parte da região.

Estado e das suas instituições, assumindo a transparência e a boa governação como recursos estratégicos para o desenvolvimento e fatores fundamentais para o estabelecimento de parcerias e alianças. Como consequência da boa governação dos últimos anos, o país tem uma boa imagem e credibilidade externas.

O setor terciário predomina na economia cabo-verdiana, sendo que em 2004 representava 60% do PIB, atualmente este setor ultrapassa os 70% do PIB. O comércio e os serviços são os setores fundamentais da economia. Dentro deste setor também é importante destacar o papel do turismo, que vem desempenhando um papel importante para o desenvolvimento do país, principalmente em termos de atração de investimentos externos e na exportação de serviços a ele relacionados. O setor primário tem uma pequena participação no PIB, cerca de 10%, devido às condições climáticas pouco favoráveis, solos pouco férteis e escassez de financiamento. Apesar de o setor secundário ter um baixo peso na economia, é superior ao do setor primário (cerca de 25%); a indústria transformadora tem, ainda, uma participação fraca no PIB, predominando a de confecções e calçados, conservas de peixe, sendo o setor de construção o de maior contribuição (MENDES, 2010, p.74).

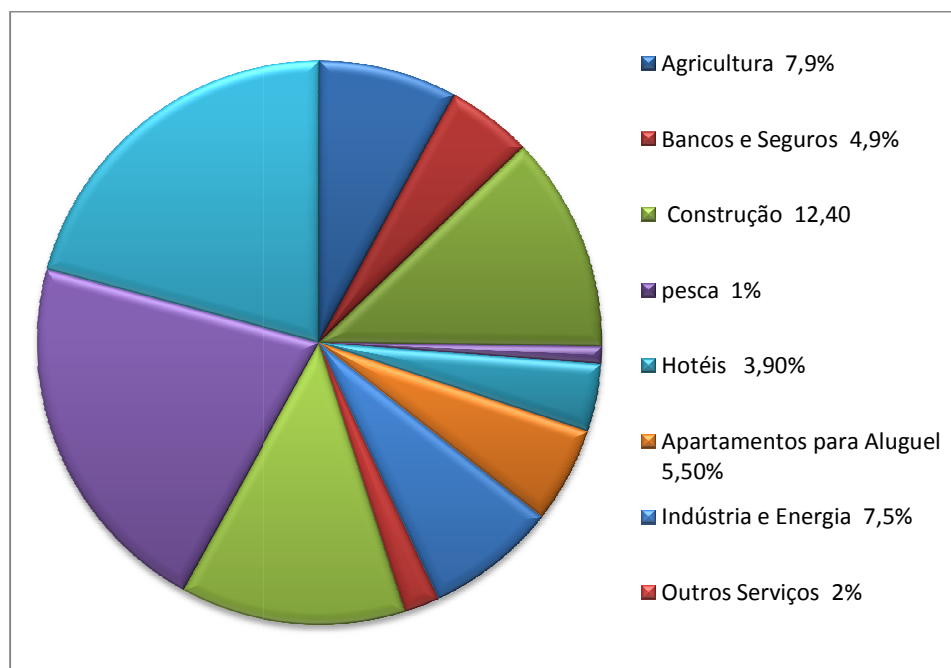


GRÁFICO 2 - PIB por setor em 2008 (%)

Fonte: Perspetiva Económica em África, Cabo Verde.

Um país composto de várias ilhas, como é o caso de Cabo Verde, encontra dificuldades para lhes dotar de infraestruturas necessárias em relação à energia, comunicações e transportes terrestres. A reduzida população e a descontinuidade do território são fatores que podem impedir a formação de um mercado potencial gerador de vida autônoma e de rentabilidade de infraestruturas técnicas.

Verifica-se que as oportunidades de desenvolvimento para Cabo Verde baseiam-se nos recursos externos e no turismo. A política externa é de extrema importância para Cabo Verde. Além da exigência da globalização, a adversidade das condições, como por exemplo, a escassez de recursos para o desenvolvimento, a insularidade, a pequenez do território, etc, impossibilitam o mesmo de gerar todos os meios necessários ao seu desenvolvimento, pelo que se torna necessário a mobilização de recursos, tanto públicos como privados (CORREIA E SILVA, 2004).

Cabo Verde tem um problema macroeconômico, que consiste no desequilíbrio estrutural entre a produção nacional e o consumo interno. Isso é a principal razão para o permanente déficit da balança de transações correntes, (TAB.4). Existem ainda déficits consideráveis nos domínios da água, saneamento, energia, transportes, rede viária e habitação social.

Tabela 4 - Balança corrente (em percentagem do PIB)

	2001	2006	2007	2008	2009
Balança Comercial	-36,9	-43,0	-47,2	-44,7	-41,9
Exportação de bens (f.o.b)	4,2	3,5	2,2	2,9	2,7
Importações de bens (f.o.b)	41,1	46,5	49,4	47,5	44,7
Serviços	4,3	13,1	16,7	17,3	15,5
Rendimento dos Fatores	- 1,1	- 3,7	- 1,8	- 2,7	- 3,1
Transferências Correntes	23,0	24,2	20,6	18,4	17,6
Balança Corrente	- 10,7	- 9,5	- 11,7	- 11,7	- 12,0

Fonte: Perspectivas Económicas em África, Cabo Verde.

Em relação aos setores, o turismo, considerado promissor, e apesar das vantagens comparativas do país no setor, o seu peso no PIB continua pouco expressivo, cerca de 6,6% em 2000. As exportações são dominadas pelas reexportações que totalizam mais de 2/3; as mercadorias mais exportadas em valor são geralmente as provenientes da indústria de conserva, confecções e calçados, e as associadas aos recursos piscícolas, como o peixe e a lagosta. A agricultura e a pecuária, apesar de representar, aproximadamente, 50% dos empregos, a sua contribuição para o PIB é reduzida (MENDES, 2010, p.109).

Apesar de Cabo Verde ser pobre de recursos naturais, tem apresentado resultados satisfatórios à níveis de desenvolvimento humano. Um exemplo é o fato de o país ter ficado entre os seis melhores projetos de programa de luta contra a pobreza na África Ocidental e Central, num universo de 50 projetos, num grupo de 21 países. Outro exemplo se refere ao fato de que apenas Botswana, as Maurícias e Cabo Verde foram classificados com uma nota acima de 5, num total de 10, de acordo com o Índice de Percepção de Corrupção (CIP)

(GOVERNAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA, PERSPECTIVAS ECONÓMICAS NA ÁFRICA).

De acordo com o site Perspectiva Económica na África (Cabo Verde, 2010):

Em 2008, Cabo Verde saiu da categoria de países menos avançados (PMA) para ingressar na categoria de países de desenvolvimento médio (PRM), segundo a classificação das Nações Unidas. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAFD) aceitou esta decisão em 2009, porque utiliza a mesma classificação. Esta mudança de estatuto obriga Cabo Verde a transformar as suas relações doador-beneficiário, no quadro da cooperação económica e diversificar as suas parcerias, especialmente com outros países em desenvolvimento.

A nova categoria que Cabo Verde integra é acompanhada de problemas, já que o país é fortemente dependente da ajuda externa e de empréstimos em condições preferenciais.

Embora o país tenha feito progressos em termos de expansão de estradas e portos, de transporte e distribuição de eletricidade, o principal obstáculo para o desenvolvimento da economia nacional é a pouca qualidade das infraestruturas de uma ilha para outra e, em cada ilha. O contexto social e político de Cabo Verde são favoráveis. O país tem alcançado um grande número de Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM): a percentagem de pobres foi quase reduzida à metade entre 1999 e 2007.

A economia de Cabo Verde foi duramente atingida pela crise financeira global. O ritmo de crescimento do PIB caiu para 3,9%, em 2009, contra 5,9%, em 2008. O crescimento teve um decréscimo com o declínio do turismo, da construção civil e do IDE, mas no final de 2009, o turismo e a construção começaram a crescer e os fluxos de IDE estabilizaram. As remessas de trabalhadores emigrantes permaneceram praticamente constantes, subindo 1,7% em 2009 (CABO VERDE, PERSPECTIVAS ECONÓMICAS NA ÁFRICA, 2010).

O país encontra-se num ambiente de profunda transformação de seu relacionamento externo, marcado, pelas recentes graduação de Cabo Verde de PMA (País Menos Avançado) a País de Rendimento Médio e adesão à OMC, pela ativação da sua presença na CEDEAO e pela construção de uma parceria especial com a União Europeia (EU). Segundo estimativas da Cabo Verde Investimento (CI), entre 2007- 11, o IDE em Cabo Verde, deverá atingir US\$ 7,8 bilhões, aproximadamente 650% do nosso PIB – já aprovados e em execução estão projetos no valor de US\$ 2,9 bilhões.

3.2 - Relações entre Cabo Verde e China

A China foi um dos primeiros países a apoiar o PAIGC, ao receber, em 1960, Amílcar Cabral e mais alguns militantes, que ali permaneceram, recebendo instruções para a guerra e formação ideológica. O país foi um dos primeiros a abrir uma embaixada em Cabo Verde. Sendo que os dois países estabeleceram relações diplomáticas no dia 25 de Abril de 1976, exatamente um ano depois da independência de Cabo Verde. A China era um aliado próximo, durante os anos de partido único e manteve-se como uma das principais fontes de ajuda ao desenvolvimento após a introdução da democracia multipartidária em 1991. Na década de 1990, quando o MPD estava no poder, a China financiou e executou vários projetos em Cabo Verde, incluindo a construção de um novo edifício para o parlamento.

A China tem sido um importante parceiro para o desenvolvimento do país, tendo em conta, o impacto e a qualidade das ações de cooperação desenvolvidas, no qual se destaca a ajuda pública ao desenvolvimento, a Cooperação Económica e Financeira, e a Cooperação Empresarial.

Ao longo desses anos a China tem pautado pela execução de vários projetos em Cabo Verde, com destaque para a construção dos Palácios da Assembleia Nacional e do Governo, o Memorial Amílcar Cabral e a Barragem de Poilão. Em termos jurídico-institucionais, as relações de cooperação organizam-se em quatro grandes blocos: Acordo de Cooperação Económica e Técnica, assinado em 1977; Acordo Cultural, assinado em 1982; Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, assinado em 1988; e o acordo de Comissão Conjunta de Cooperação Económica e Técnica, assinado em Agosto de 2009. Mas com base nesses instrumentos, já foram assinados mais de 30 acordos e contratos para a realização de ações concretas (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 2010).

As ações de cooperação são realizadas através do diálogo direto com a Embaixada da China na Praia. As áreas privilegiadas de cooperação chinesa em Cabo Verde são: A concessão de empréstimos sem juros, direcionados para a área de construções de edifícios estatais; a concessão de donativos para projetos acordados entre os dois países; a prestação de assistência técnica nos domínios das infraestruturas construídas da saúde, da agricultura e da formação profissional; a concessão de ajuda alimentar, (sem compromissos regulares); o fornecimento pontual de materiais e equipamentos diversos (escolar, desportivo, informático,

militar e outros); a concessão de ajudas de emergência; formação de quadros; e no âmbito da Cooperação China-África (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 2010).

Em novembro de 2006, na reunião da cúpula dos Chefes de Estado do Fórum para a Cooperação China África, em Beijing, o Presidente da China, Hu Jintão, prometeu criar Zonas Especiais de Cooperação para reforçar a parceria sino-africana. O objetivo é atrair empresas chinesas que possam contribuir para o desenvolvimento da economia local e com a criação de empregos, através da isenção de impostos.

Segundo o Fórum China/CPLP, nas relações com a China, o Governo de Cabo Verde, tem como objectivo de longo prazo erigir-se com um parceiro estatégico da China na sub-região da África Ocidental, através da sua transformação numa plataforma segura e competitiva de entrada de produtos chineses na África Ocidental, bem como de prestação de serviços às frotas pesqueiras e mercantis chinesas no Atlântico Médio.

Cabo verde está localizado no atlântico médio, sendo que o governo está determinado a converter esta localização geográfica numa verdadeira vantagem competitiva, transformando o país num centro internacional de prestação de serviços: numa primeira fase tendo como suporte o turismo e a prestação de serviços ligados ao mar e à pesca e, a médio prazo, a criação de um de centro de transportes para a armazenagem e distribuição de carga e passageiros, e de terceirização do processo empresarial e dos serviços financeiros.

O país é geralmente considerado um forte candidato devido ao seu nível de desenvolvimento, disponibilidade de infraestrutura, posição geográfica estratégica e a abertura ao investimento estrangeiro. O país pretende alojar em São Vicente uma das Zonas de Cooperação Económica Chinesa em África, para que funcione como um centro de transbordo de contentores, reparação naval e pesca, sendo que para alcançar esse objetivo pretende construir um porto de águas profundas nessa Baía, no quadro de um projeto abrangente de edificação de uma Zona Franca. E com isso conceder a exploração do complexo do Porto Grande, da Cabnave e da Interbase da baía do Mindelo⁷.

Em 2006, o embaixador de Cabo Verde, Júlio Morais, visitou Beijing, no âmbito das comemorações dos 30 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, onde afirmou que “um objetivo estratégico da relação com a China consiste na transformação de Cabo Verde em uma plataforma de serviços à frota comercial e mercante da China no Atlântico médio, próximo dos grandes mercados da União Europeia e Estados Unidos e das

⁷ Segunda maior cidade de Cabo Verde situada na ilha de São Vicente

fontes de matérias primas estratégicas em África”. O país pretende melhorar a sua infraestrutura através da parceria com a União Europeia, contando com financiamentos europeus e preferência em acesso aos mercados dos Estados Unidos, África e Brasil, através da CPLP (JORNAL MUNDO LUSÍADA, 2006).

Segundo o portal de notícias Africanidade:

A zona económica especial de São Vicente seria em primeiro lugar desenvolvida como um centro de processamento de pesca industrial para atender às necessidades das várias frotas chinesas que operam no Atlântico. A China também espera fazer da ilha um ponto de passagem para o reabastecimento e apoio logístico aos milhares de navios chineses que atravessam o Atlântico Sul.

Em novembro de 2006, a China acrescentou mais nove países, entre os quais Moçambique e Cabo Verde, à lista de destinos turísticos aprovados, que permite aos cidadãos chineses viajar em grupo sem necessidade de autorização de saída da parte de Beijing. De acordo com dados da Câmara de turismo de Cabo Verde, o setor representou 10,4% do PIB cabo-verdiano em 2005 e em 2006, de acordo com os mesmos dados, contribuiu com 20% para o crescimento do PIB do país (JORNAL O LIBERAL ONLINE, 2010). Com o propósito de desenvolver o turismo no país, Cabo Verde participou, em 2008, na Feira Internacional de turismo de Pequim para se promover enquanto destino turístico.

De acordo com o jornal Expresso das Ilhas, em 2008, o Secretário de Estado da Economia, Humberto Brito visitou a China e a região autónoma de Macau. Um dos pontos altos da missão foi a discussão da assinatura do Acordo de Cooperação Intergovernamental para o financiamento dos projetos de Governação Electrónica – EGOV, Scanner de Contentores e habitação Social em US\$ 142,5 milhões. Do valor total do Acordo de Cooperação Intergovernamental, US\$ 82,5 milhões são para projetos a serem implementados no segundo semestre de 2008. Sendo que para o projeto EGOV são US\$ 30 milhões, 13 scanner de contentores no valor de US\$ 12,5 milhões e o financiamento da primeira fase da habitação social em Cabo Verde de US\$ 40 milhões.

Na agenda de trabalho de Humberto Brito constaram vários encontros com a CNFC (China National Fisheries Company) potencial investidora na área de pesca, em Cabo Verde. A CNFC é tida pelo Governo do país como um parceiro estratégico na privatização da Cabnave.

Em virtude dos empréstimos, até o ano de 2009, concedidos à Cabo Verde pelo Governo chinês terem sido perdoados, o Governo de Cabo Verde colocou a disposição das autoridades chinesas um conjunto de projetos considerados estratégicos, para o financiamento via o Eximbank, estendendo a dimensão e a natureza da cooperação, com implicação de capital financeiro chinês em condições concessionais a favor de empresas chinesas em parceria com empresas cabo-verdianas.

Cabo Verde e a China assinaram, em agosto de 2009, um acordo sobre o Estabelecimento da Comissão Conjunta de Cooperação Econômica Comercial e Técnica (CCCECT) e um acordo por troca de Notas sobre o envio de voluntários chineses à Cabo Verde. Segundo o Ministério de Negócios Estrangeiro de Cabo Verde o Acordo de Estabelecimento da CCCECT demonstra o esforço das duas partes em desenvolver e diversificar a agenda de cooperação econômica, comercial e técnica através do estabelecimento de um mecanismo regular de diálogo e cooperação unificado em um instrumento programático de cooperação que engloba empréstimos concessionais, comerciais e projetos de investimento. Esse acordo prevê investimentos no valor de, aproximadamente, US\$ 240 milhões, entre os quais se destacam a habitação com US\$ 100 milhões, a Cimenteira de Santa Cruz com US\$ 65 milhões, reabilitação dos estaleiros da Cabnave com US\$ 60-65 milhões e a reorganização e renovação da Central de Eléctrica com US\$ 10 milhões. O acordo por troca de notas abrange a promoção do intercâmbio entre jovens cabo-verdianos e chineses. Cabo Verde propõe receber, aproximadamente, 13 voluntários para um intercâmbio de conhecimento nos setores de educação, cultura, agricultura e pesca.

A República Popular da China financiou e construiu a primeira barragem de Cabo Verde. A barragem do Poilão, no concelho de Santa Cruz, foi construída em 18 meses, tem 26 metros de altura e 153 de comprimento, proporcionando uma albufeira com capacidade para armazenar 1,2 milhões de metros cúbicos de água e foi executada pela empresa Recursos e Energia Hidráulica de Guangdong, do grupo chinês Yuan Da (REVISTA MACAU).

Segundo o Ministério de Saúde de Cabo Verde, a China irá conceder a Cabo Verde um apoio no valor de 215 milhões de escudos cabo-verdianos, que será utilizado para a realização de obras no Hospital Agostinho Neto, com o objetivo de melhorar o atendimento aos clientes. O projeto contempla a construção do edifício da maternidade, que ocupará uma superfície de 2176 metros quadrados, terá capacidade para 90 camas e um espaço para as intervenções cirúrgicas, o que libertará o bloco cirúrgico geral. O edifício da central de

consultas que terá uma superfície de 972 metros quadrados e será constituído por 11 serviços de especialidades, entre as quais, urologia, oftalmologia, cirurgia, alergologia e cardiologia.

Os governos de Cabo Verde e China assinaram o contrato para a construção do novo Estádio Nacional de Cabo Verde, nos arredores da capital, na localidade de Monte Vaca. Segundo o site do Governo de Cabo Verde o investimento nesta obra será de 1 milhão e 300 mil escudos, “sendo que o Estado será construído segundo os padrões da FIFA, significando que terá condições para receber jogos oficiais de alto nível e contemplará ainda piso de tartans para atletismo como oito corredores, podendo albergar outras modalidades olímpicas”. O estádio foi financiado no âmbito de ajudas gratuitas e empréstimos sem juros concedidos pelo governo chinês, no quadro de acordos de cooperação econômica e técnica assinados entre os dois governos.

Em março de 2010, foi lançada a primeira pedra para a construção do Centro tecnológico de Cabo Verde. O projeto foi financiado pela China, com empréstimos em condições favoráveis e será realizado pela Huawei Technologies Co., Ltd., que faz parte de um plano de atualização da plataforma de governação digital de Cabo Verde. De acordo com o Fórum China/CPLP, o Governo de Cabo Verde prevê a criação de um Centro Tecnológico com um parque tecnológico com empresas do setor, um laboratório de pesquisas e desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, a ampliação da rede de fibra óptica para o alargamento da rede internet do país. Este projeto irá permitir a ampliação das possibilidades do plano de ligação digital dos serviços de saúde e de governo electrónico em geral.

China também irá financiar uma fábrica de cimento em Cabo Verde, especificamente na localidade de Santa Cruz, cuja a previsão de arranque é para primeiro trimestre de 2011. Segundo o jornal inforpress (2010) o presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, Orlando Sanches afirma que:

A fábrica terá capacidade de produção superior à capacidade de consumo em Cabo Verde. A intenção é a exportação para a África Ocidental, porque serão 1.000 toneladas de cimento por dia. Outra previsão é que com o seu funcionamento, a fábrica dê 500 empregos diretos.

Os dois países também cooperam através da gemação; um exemplo é o processo de gemação entre Mindelo e Shenzhen. De acordo com o Ministério da Economia, Crescimento e Competividade (MECC), Shenzhen é uma das maiores cidades da China e poderá beneficiar Cabo Verde, particularmente, São Vicente cujo objetivo é ser uma das cinco

zonas econômicas chinesas em África, junto às autoridades centrais (GOVERNO DE CABO VERDE, 2008).

A partir da década de 1990 imigrantes chineses tornaram-se o grupo de imigrantes mais visível em Cabo Verde. Um fato curioso das relações sino-cabo-verdianas é que, enquanto a maior parte das relações sino-africanas ocorrem a nível estatal, até mesmo a nível das SOEs, em Cabo Verde há tendência de aumentar a atividade empresarial de pequenos comerciantes. Isso ocorre devido aos muitos chineses que se aventuram nas ilhas abrindo o seu próprio comércio varejista. Segundo Carling and Haugen (apud ALDEN, 2008, p.321) os chineses são atraídos porque “o país oferece uma rara combinação de estabilidade política, segurança, níveis de preços e um poder de compra, relativamente, elevados”. Os primeiros chineses a chegarem em Cabo Verde foram os pequenos comerciantes, com um padrão de investimento muito diferente do registrado nos países ricos em petróleo, como Angola, onde as grandes empresas públicas chinesas foram pioneiras.

A população chinesa em Cabo Verde é de algumas centenas de pessoas. Este número é mínimo no contexto da diáspora chinesa, mas é suficiente, para ter um impacto importante sobre a sociedade e economia de Cabo Verde. E as lojas acabam tendo um relativo sucesso porque os produtos chineses são significativamente mais baratos do que outros os produtos disponíveis no mercado em Cabo Verde.

Segundo o jornal Oje (2010) já são 2.300 os chineses que residem em Cabo Verde e são responsáveis por, aproximadamente, 300 lojas e negócios variados no país. Os produtos continuam sendo de pouca qualidade, mas a população reconhece que apresentam preços inferiores aos importados de outros países. O comércio chinês transformou o mercado informal em Cabo Verde, tornando-se, muitas vezes uma ameaça aos concorrentes locais. Mas segundo o diretor geral de Finanças cabo-verdiano, Hermenegildo Lopes, citado no jornal OJE:

A arrecadação de receitas pelo Estado “não é considerável”, pois a maior parte dos estabelecimentos está classificada pelo método de estimativa e, por isso, a cobrança fiscal “não é grande coisa”, sendo que algumas lojas já se encontram no método de verificação, onde pagam segundo as declarações que apresentam, logo pagam mais. Em média, as pequenas lojas pagam entre 12 a 15 mil escudos anuais de imposto, uma vez que fazem parte da categoria de pequenos estabelecimentos, como as mercearias, o que não significa que beneficiam de condições especiais para exercerem suas atividades.

Embora o envolvimento chinês no comércio varejista em Cabo Verde tenha iniciado e desenvolvido de forma independente das relações oficiais entre os dois países, as instituições governamentais têm desempenhado, cada vez mais, um papel mais ativo na tentativa chinesa de entrar em setores de maior valor em Cabo Verde. Segundo Carling and Haugen (apud ALDEN, 2008, p.327-8) o governo chinês exerce diferentes papéis nesse processo:

Primeiramente, projetos financiados pelo governo chinês podem ser usados como um trampolim para entrar no mercado de Cabo Verde. Quando o governo financia projetos de desenvolvimento, geralmente, trazem empresas e profissionais chineses para fazerem o trabalho. Em segundo lugar, o investimento chinês em projetos de desenvolvimento pode aproveitar o apoio do governo chinês para empreendimentos comerciais. Até agora, o financiamento para projetos de desenvolvimento em Cabo Verde veio do governo chinês, ao invés do setor privado. Em terceiro lugar, as autoridades chinesas podem facilitar o investimento através do diálogo político de alto nível. Isso pode ser necessário para as empresas chinesas para facilitar a sua entrada em setores com forte regulação estatal.

O empresário de Macau, David Chow, do ramo da hotelaria e casinos, pretende transformar a China em um dos países com maiores investimentos privados em Cabo Verde. O empresário pretende investir mais de US\$ 100 milhões em um complexo que inclui hotéis, restaurantes e um casino no ilhéu de Santa Maria, cujos oito hectares estão situados a 200 metros da baía da Gamboa, na cidade da Praia. O governo de Cabo Verde já mostrou que esse projeto pode ser uma realidade, ao aprovar recentemente uma resolução que desliga o ilhéu do mapa das áreas protegidas no arquipélago, com indicações que permitem a edificação do espaço (REVISTA DE MACAU).

Dentro do contexto africano o país disfruta de uma estabilidade político-institucional de paz social. Relativamente próximo dos grandes mercados e das fontes de matérias-primas estratégicas com as quais está ligado por instrumentos jurídicos promotores da atividade exportadora, com uma parte considerável de sua mão-de-obra formada e flexível e uma cultura aberta ao exterior constitui um país de oportunidades e um destino cada vez mais competitivo aos investimentos externos. Mas mesmo assim, Cabo Verde continua sendo um parceiro de pouca importância para a China no que diz respeito à energia e matérias-primas. Além disso, o mercado nacional conta com menos de meio milhão de habitantes, tendo pouca importância para as exportações chinesas.

Cabo Verde continuam tendo como seus principais parceiros econômicos os países da zona do Euro, mas o país procura fortalecer as suas relações com os países em

desenvolvimento, no âmbito da cooperação sul-sul, principalmente com a China e o Brasil. Atualmente, Portugal é o maior parceiro comercial de Cabo Verde, principal destino das exportações e origem de, aproximadamente, de 45% das importações, bem à frente da Holanda com 16%. Mas a China, gradualmente, se torna um dos principais investidores no país.

Considerações Finais

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo se dividiu em dois polos, motivados pela disputa ideológica, tendo os Estados Unidos de um lado e a União Soviética de outro. Os dois polos ávidos por conseguir o máximo de influência no mundo, lançaram-se atrás de apoio, inclusive na África. A jovem República Popular da China, pró-Moscú num primeiro momento, com receio do avanço do capitalismo sobre o continente, também se virou para a África. O apoio oferecido pela China durante a luta de libertação africana, demonstrou a esses países que tinham na China uma aliada.

Durante os anos 60, as relações entre a China e a URSS se deterioraram, sendo que a China reorientou a sua política externa contra a hegemonia, tanto dos EUA, como da URSS. Mas na década de 70 o país passou a lutar contra a URSS, porque aos olhos chineses, das duas superpotências, essa aparentava a mais perigosa. Para enfrentar a URSS, a China procurou reconciliar até com os países ocidentais, inclusive com os EUA. Na África, a China passou a atuar de duas formas: lutar contra a hegemonia e contra o colonialismo, porém o conteúdo e objetivo da primeira foram alterados, passando agora a contrapor-se à influência da União Soviética. Na década de 80, com o fim da Guerra Fria, ficou mais fácil o estabelecimento de relações diplomáticas, inclusive com os países africanos. Nesse período, a China passou a priorizar a cooperação econômica e os intercâmbios comerciais em vez de colocar a política em primeiro lugar, ou a dar igual importância à política e à economia.

Com o fim da guerra fria e a queda da URSS, a China ambicionava um mundo multipolar. Para isso a China engajou-se na África a procura de apoio já que os países africanos, juntamente com o restante dos países subdesenvolvidos constituíam uma força considerável.

A necessidade de acesso a fontes energéticas tem sido um motivador da política externa chinesa nos últimos anos, devido ao rápido crescimento econômico chinês. A presença de empresas petrolíferas chinesas na África serve de indicador para avaliar o crescimento da influência chinesa na região, mas também da sua busca por segurança energética. Mas não só recursos energéticos motivam a China no seu engajamento na África,

o apoio político em questões como a política de “uma China”, também é essencial para o país. Os países ricos em recursos minerais continuam sendo os principais destinos dos investimentos chineses.

As presentes relações sino-africanas são baseadas em motivos diferentes daqueles do período da Guerra Fria. A política externa do país tornou-se mais pragmática, substituindo as divergências ideológicas pela competição econômica. A China participa na economia global e procura melhores oportunidades comerciais, nesse contexto houve um incremento nas relações comerciais entre as duas partes.

O fato de a China ser um país em desenvolvimento e possuir uma história de exploração por parte das potências europeias, combinado com o fato do país não exigir nenhuma condição política particular para a concessão de ajuda financeira, com exceção da sua política de “uma China”, dá a Beijing uma posição privilegiada entre as elites africanas que vêem o governo chinês mais perto das necessidades do Terceiro Mundo (ALVES apud ALDEN, 2008).

Enquanto as relações Sino-africanas são um importante fator para as pretensões domésticas de Beijing, os vínculos crescentes com a China têm implicações tremendas para a África. O desenvolvimento da África necessita de iniciativas, tais como a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), que exigem uma infusão substancial de investimento estrangeiro, destinado a melhorar a infraestrutura física, a abertura de novos mercados e melhores preços para seus produtos, e a expansão do capital humano, tudo o que contribuiria para um ciclo de crescimento sustentado que permita ao continente cumprir com seus objetivos de desenvolvimento para a próxima década. O engajamento da China na África respeita muitas dessas condições, e, é por isso que, independentemente das questões levantadas por alguns, o envolvimento chinês é considerado positivo. A rápida inserção da China na África tem beneficiado, diretamente, das décadas anteriores de reestruturação neoliberal, incluindo a remoção de barreiras de investimento e privatização dos bens estatais. Além disso, a divulgação do seu investimento começou, aproximadamente, ao mesmo tempo em que o Ocidente começou a reduzir sua presença na África (ALDEN, 2008).

A China utiliza o fórum de Macau como “ponte” para se relacionar com os Palop. Uma das razões que levam a esta aproximação é a segurança energética, através de Angola, principalmente, que é a maior fornecedora de petróleo da China na África. Já Cabo Verde não possui recursos minerais, sendo o país mais pobre, nesse item, nos Palop.

Pela situação geográfica, histórica, cultural, econômica e populacional, Cabo Verde é uma nação aberta ao exterior, com crescente projeção e integração no mundo globalizado. Devido a sua localização no meio do atlântico tem um papel de relevante utilidade geoestratégica que merece o máximo de aproveitamento. Mesmo com suas limitações naturais, Cabo Verde sempre procurou o seu desenvolvimento, e o mundo exterior é sua melhor opção.

Angola verdadeiramente conheceu a “liberdade” em 2002 quando o país se livrou da guerra civil que assolou o país por mais de duas décadas. O pessimismo em relação a Angola é um exagero, já que é um país jovem; sendo mais jovem ainda se pensarmos que há apenas 8 anos tem total controle do seu território e economia, sem a interferência externa. É claro que o país precisa realizar reformas, principalmente em termos sociais, para que todos beneficiem do crescimento econômico.

Angola e Cabo Verde são dois países distintos. Angola é um país relativamente grande, com uma população considerável, e principalmente, rico em recursos minerais, no entanto, continua pertencendo a categoria dos países menos avançados, com um dos índices de maior corrupção na África. Angola viveu mais de duas décadas de guerra e num sistema político unipartidário, que continua até hoje, juntamente com a grande dependência do petróleo e dos diamantes, a qualidade de governação foi profundamente afetada. Ao contrário, Cabo Verde é um país insular, pequeno, com uma população de menos de um milhão, sem recursos minerais, mas com um bom nível de desenvolvimento humano, é o terceiro país menos corrupto na África e a sua economia é baseada no setor terciário. Devido a essas diferenças marcantes, o engajamento chinês em Angola e Cabo Verde possui características distintas. Em Angola, as relações se baseiam na segurança energética. Pode-se notar isso no fato do padrão de investimentos da China em Angola se concentrar principalmente em recursos minerais e infraestruturas ligadas a extração e comercialização de recursos minerais, e normalmente esses financiamentos vêm acompanhados de grandes empresas chinesas, tanto privadas como estatais que se instalam no país. O comércio entre os dois países é dominado pelas exportações de petróleo angolanas, impondo um déficit na balança comercial chinesa. Em Cabo Verde o investimento é de natureza diferente; a maior parte é proveniente dos pequenos comerciantes. O governo chinês também realiza investimentos em Cabo Verde, financiando parte da infraestrutura do país, como é o caso da construção da Assembleia

Nacional e a barragem do Poilão. Diferentemente da maior parte da África, os investimentos chineses chegaram, primeiramente, através de pequenos comerciantes que se aventuraram nas ilhas devido às boas condições que o país oferecia para os seus negócios. O comércio entre Cabo Verde e China é dominado pelas exportações chinesas, tornando a balança comercial entre os dois países superavitária para a China. Devido aos motivos apresentados acima, considero que a China está presente em Cabo Verde para diminuir o espaço de influência de Taiwan na África, como também para ganhar o apoio do país em órgãos multilaterais. Mas Cabo Verde poderá vir a ser uma grande parceira chinesa se conseguir fazer de Mindelo uma zona econômica especial tornando-se uma parceira estratégica na região oeste africana.

Apesar das diferenças entre os dois países, ambos têm uma economia fortemente dependente do exterior, ficando vulneráveis ao mercado internacional, um exemplo é o fato dos dois países sofrerem recessões com a crise econômica de 2008, um devido à baixa dos preços do petróleo, e outro, devido a queda nos investimentos externos e nas remessas de emigrantes, e a diminuição do número de turistas.

A ocorrência de alguns problemas, como a pouca qualidade de seus produtos, o impacto negativo sobre os comerciantes locais e por vezes até pouca qualidade de algumas construções, como é o caso do Hospital Geral de Luanda⁸, não constrange a cooperação entre China e esses dois países. A cooperação entre eles é considerada positiva, já que a China realiza empréstimos em condições mais favoráveis que outros países, não impõem condições, a exceção de “uma China”, para disponibilização de financiamentos. Outro fator para o desenvolvimento dessas relações é que a condição chinesa de ainda não ter alcançado o status de país desenvolvido, e de ter sido explorado por potências europeias, o que faz com que seja bem aceite entre as elites africanas.

Com a realização da pesquisa foi possível verificar a veracidade das hipóteses levantadas. A partir dos dados referentes ao comércio entre Cabo Verde e China e dos IDE realizados em Cabo Verde se conclui que Beijing mantém relações com o arquipélago devido a sua necessidade de diminuir a influência de Taiwan dentro do continente. Enquanto que em Angola a segurança energética é de extrema importância. Verifica-se que a vertente política para a China é tão importante quanto a vertente econômica.

⁸ O Hospital Geral de Luanda, foi construída em 2006, e teve de fechar as portas devido a rachaduras nas paredes nesse ano, quatro anos após a sua construção.

Referências bibliográficas

A História de Cabo Verde. **Porton di nos ilha** Disponível em: <http://portoncv.gov.cv/portal/page?_pageid=118,188596&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_domini>Último acesso em: 11/11/2010;

ALDEN, Chris. LARGE, Daniel and OLIVEIRA, Ricardo Soares de (Organiadores). **China returns to Africa. A Rising Power and a Continent Embrace**. Hurst & company, London. 2008;

ALVES, Ana Cristina. Chinese economics diplomacy in Africa: The Lusophone strategy. In: ALDEN, Chris. LARGE, Daniel and OLIVEIRA, Ricardo Soares de (Organiadores). **China returns to Africa. A Rising Power and a Continent Embrace**. Hurst & company, London. 2008;

AMÍLCAR CABRAL, Biografia. Disponível em: <http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article_id=689> Último acesso em: 10/09/2010;

ANGOLA, **Perspectiva econômica na África**. BAFD/OCDE 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/29/58/35350793.pdf> > Último acesso em 04/11/2010;

ANGOLA, **Perspectiva econômica na África**. BAFD/OCDE 2010. Disponível em: < <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/countries/southern-africa/angola/> > Último acesso em: 17/11/2010;

BORDALO, Ricardo. Cooperação que vem de longe. **Revista Macau**. IV Série-Nº 5. Disponível em: <<http://www.revistamacau.com/rm.asp?id=005041>> Último acesso em: 18/11/2010;

CABO VERDE E CHINA RUBRICAM ACORDO PARA CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO NACIONAL. **Jornal OJE**. 11/11/2009. Disponível em: <<http://www.oje.pt/noticias/africa/cabo-verde-e-china-rubricam-acordo-para-constru%C3%A7%C3%A3o-do-est%C3%A1dio-nacional>> Último acesso em: 18/11/2010;

CABO VERDE ESPERA QUE FUNDO DE APOIO DÊ NOVA “DINÂMICA”. **Jornal Lusa**. Portugal. 11/11/2010. Disponível em: <<http://www.lusa.pt/lusaweb/user/showitem?service=310&listid=NewsList310&listpage=1&docid=11753756>> Último acesso em: 17/11/2010;

CABO VERDE QUER SER PLATAFORMA PARA CHINESES. **Jornal Mundo Lusíada Online**. 12/05/2006. Disponível em: <http://www.mundolusiada.com.br/CPLP/cplp06_mai032.htm> Último acesso em: 18/11/2010.

CABO VERDE, **Perspectivas Económicas em África**. BAFD/OCDE 2010. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/countries/west-africa/cape-verde/>> Último acesso em: 17/11/2010;

CAMPOS, Indira, VINES, Alex. **Angola and China: a pragmatic partnership**, Chatham House, London, CSIS, 2008. Disponível em: <<http://www.chathamhouse.org.uk/research/africa/papers/view/-/id/603/>> Último acesso em: 17/11/2010;

CARDOSO JUNIOR, José Celso, ACIOLY, Luciana, MATIJASCIC, Milko, (organizadores) **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**, Brasília: IPEA, 2009;

CARLING, Jorgen, HAUGEN, Heidi Ostbo. Mixed fates of a popular minority: chinese migrants in Cape Verde. In: ALDEN, Chris. LARGE, Daniel and OLIVEIRA, Ricardo Soares de (Organiadores). **China returns to Africa. A Rising Power and a Continent Embrace**. Hurst & company, London. 2008;

CHINA CONFERE ESTATUTO TURÍSTICO AO ARQUIPÉLAGO. **Jornal Liberal online**. 22/06/2010. Disponível em: <
<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=50&id=14170&idSeccao=440&Action=noticia>>
Último acesso em: 18/11/2010;

CHINA: COMÉRCIO COM PAÍSES LUSÓFONOS CRESCE 32%. **Jornal Angola Xyami**. Angola. 31/01/2008. Disponível em: <<http://www.angolaxyami.com/Economia-/China-comercio-com-paises-lusofonos-cresce-32.html>> Último acesso em: 18/11/2010;

COMÉRCIO ENTRE ÁFRICA E CHINA SUPERA USD 70 MIL MILHÕES. **Correio do Patriota**. Angola. 05/03/2009. Disponível em: <http://www.correiodopatriota.com/index.php?option=com_content&task=view&id=4509&Itemid=228> Último acesso em: 18/11/2010;

CONSELHO DE MINISTROS. **As Grandes opções do plano: uma agenda estratégica**. Praia 2001. Disponível em: <http://www.minfin.gov.cv/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=376&Itemid=3> Último acesso em: 12/11/2010;

COOPERAÇÃO GOVERNAMENTAL – PRINCIPAIS PARCEIROS. Disponível em:

<http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=25&Itemid=141> Último acesso em: 11/11/2010;

CORREIA E SILVA, António. **Combates pela história**. Praia: Spleen, 2004.

CUNHA, Mateus Souza da. **O processo de independência de Angola: projetos conflitantes**. Monographia, Porto Alegre, n.1, 2005. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/monographia> > Último acesso em: 11/11/2010;

DEPOIS DE ANGOLA, GOVERNO CHINÊS CABO VERDE OLHA PARA CABO VERDE COMO NOVO PARCEIRO ECONÓMICO. **Portal de notícias Africanidade**. 14/05/2008. Disponível em: <<http://www.africanidade.com/articles/900/1/Depois-de-Angola-governo-chinAs-olha-para-Cabo-Verde-como-novo-parceiro-econAmico/Paacutegina1.html>> Último acesso em: 15/11/2010.

DISCURSO PROFERIDO PELO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA DE CABO VERDE, DR. HUMBERTO SANTOS DE BRITO NA SESSÃO SOBRE INVESTIMENTO MÚTUO ENTRE A CHINA E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. 8 de Setembro de 2008, Xiamen, China. Disponível em: <http://www.forumchinapl.org.mo/pt/notice.asp?a=20081015_02 > Último acesso em: 11/11/2010;

DO PAIGC ao PAICV: documentos. Gráfica Europam, Lda., Mira-Sintra – Mem Martins Portugal, Abril de 1981. Disponível em: http://www.paicv.cv/online/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=29. Último acesso em: 11/11/2010;

EDINGER, Hannah, HERMAN, Hayley, JANSSON, Johanna, **New impulses from the south: china's engagement of Africa**. Centre for Chinese Studies (CCS), Stellenbosch University, South Africa, May 2008.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **Comércio entre China e África aumenta 45% em 2008**. 15/02/2009. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t537199.htm>> Último acesso em: 18/11/2010;

FAIRBANK, John King, GOLDMAN, merle. **China – Uma nova História**. 2ª edição. Porto Alegre , RS: L&PM, 2007 pág. 372-420;

FERREIRA, Manuel Ennes. China in Angola: Just a passion for oil? In: ALDEN, Chris. LARGE, Daniel and OLIVEIRA, Ricardo Soares de (Organiadores). **China returns to Africa. A Rising Power and a Continent Embrace**. Hurst & company, London. 2008;

GOVERNAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA: CORRUPÇÃO. **Perspectivas Económicas na África**. BAFD/OCED 29/07/2010. Disponível em:<<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/outlook/political-and-economic-governance/corruption/>> Último acesso em: 17/11/2010;

GOVERNO DE ANGOLA, PORTAL DE EMPRESAS. **Comércio entre África e China supera USD 70 mil milhões**. 05/03/2009. Disponível em: <http://www.angolanainternet.ao/portalempresas/index.php?option=com_content&task=view&id=1126&Itemid=71> Último acesso em: 17/11/2010;

GOVERNO DE CABO VERDE. **Delegação do município de Shenzhen (China) visita Cabo Verde**. 18/01/2008. Disponível em:<http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=607&lang=en> Último acesso em: 18/11/2010;

GOVERNO DE CABO VERDE. **Estádio Nacional é realização de sonho de desportistas Cabo-Verdianos.** 22/10/2010. Disponível em: <http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=2897> Último acesso em: 18/11/2010;

GUERRA CIVIL ANGOLANA. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2010. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$guerra-civil-angolana](http://www.infopedia.pt/$guerra-civil-angolana)>. Último acesso em: 07/11/2010;

INVESTIMENTOS DA CHINA AUMENTARAM EM ÁFRICA. **Jornal de Angola.** Angola. 05/11/2010. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/15/0/investimentos_da_china_aumentaram_em_africa> Último acesso em: 18/11/2010;

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA. **A paz em Angola e seu impacto regional.** Disponível em: <<http://www.mirex.gv.ao/sadc/politica.htm>> Último acesso em: 04/11/2010;

MENDES, Domingos Veiga. **Perspectivas e Alternativas para a Economia de Cabo Verde.** 2010. Dissertação de mestrado em Economia. Faculdade de Ciências Económicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre;

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA. **Créditos chineses ao Estado angolano atingem seis bilhões de dólares.** 23.09.2010. Disponível em: <<http://www.minfin.gov.ao/NoticiaD.aspx?Codigo=10501>> Último acesso em: 30/10/2010.

MINISTÉRIO DE SAÚDE DE CABO VERDE. **China apoia desenvolvimento do setor da saúde em Cabo Verde.** 24/05/2008. Disponível em: <http://www.minsaude.gov.cv/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=304> Último acesso em: 10/09/2010;

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES. **Cabo Verde e China assinam, acordo de cooperação econômica e por troca de Notas.** República de Cabo Verde. Disponível em: <http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=226> Último acesso em: 18/11/2010;

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES. Direção Nacional de Assuntos Políticos e Cooperação. DNAPC, Abril de 2010;

NA CHINA: HUMBERTO BRITO ASSINA ACORDO COOPERAÇÃO EM 142 MILHÕES E MEIO DE DÓLARES. **Expresso das ilhas.** 03/09/2008. Disponível em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/na-china--humberto-brito-assina-acordo-cooperacao-em-142-milhoes-e-meio-de-dolares>> Último acesso em: 18/11/2010;

NERINT. China – country profile. Disponível em: <www.janes.com> Último acesso em: 23/09/2010;

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Petróleo e segurança internacional. Aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana.** 2007. Dissertação de Mestrado de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre;

PAÍS ENTRE OS SEIS MELHORES PROGRAMAS DE LUTA CONTRA POBREZA. ANGOP, **Agência AngolaPress.** 15 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2010/10/46/Pais-entre-seis-melhores-programas-luta-contrapobreza.f746a860-e86c-4680-9927-6fdbee25600b.html> Último acesso em: 17/11/2010;

PRODUÇÃO DE DIAMANTES EM ANGOLA ATINGIU R\$ 2,2 BI EM 2007.
Jornal Angola Xyami. 07/02/2008. Disponível em:
<[http://www.angolaxyami.com/Economia-/Producao-de-diamantes-em-Angola-atingiu-R\\$-22-bi-em-2007.html](http://www.angolaxyami.com/Economia-/Producao-de-diamantes-em-Angola-atingiu-R$-22-bi-em-2007.html)> Último acesso em: 17/11/2010;

PROGRAMA DO GOVERNO PARA A VII LEGISLATURA: 2006-2011, MARÇO
DE 2006. Disponível em:
<http://www.governo.cv/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=48&Itemid=89> Último acesso em: 12/11/2010;

RANKING do IDH 2010. Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3600&lay=pde>
Último acesso em: 05/11/2010;

REALIZOU-SE A CERIMÓNIA DE LANÇAMENTO DA PRIMEIRA PEDRA DO
CENTRO TECNOLÓGICO DE CABO VERDE, PROJETO FINANCIADO PELO
GOVERNO DA CHINA ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMOS EM CONDIÇÕES
FAVORÁVEIS. Disponível em:
<http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/notice.asp?a=20100427_03> Último acesso em:
14/11/2010;

SANTA CRUZ: CONSTRUÇÃO DE FÁBRICA DE CIMENTO ARRANCA EM
MARÇO DE 2011. **Sapo.cv** 27/08/2010. Disponível em:
<<http://noticias.sapo.cv/inforpress/artigo/16750.html>> Último acesso em: 18/11/2010;

SARAIVA, José Flávio Sombra. Relações internacionais: dois séculos de história:
entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias), Brasília: IBRI: 2001;

SILVA, Márcia Maro Da. **A Independência de Angola**. Fundação Alexandre
Gusmão. Brasília, 2008;

TAILOR, Ian. **China and Africa: Engagement and compromise**. Taylor & Francis Group. 2006. Pág. 78-82.

VICE-PRESIDENTE DA CHINA VISITA LUANDA AINDA ESTE ANO. **Jornal Oje**. Portugal. 15/11/2010. Disponível em: <<http://www.oje.pt/noticias/africa/vice-presidente-da-china-visita-luanda-ainda-este-ano>>. Último acesso em: 18/11/2010;

VISENTINI, Paulo, RIBEIRO, Luiz, PEREIRA, Analúcia. **Breve história da África**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2007.

VISENTINI, Paulo. **A África moderna: um continente em mudança** (1960-2010). Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2010.

ZHANG, Hong-Ming. A política Chinesa na África. In: BELLUCCI, Beluce (org.). **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro. Educam, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/china/Abrindo%20os%20Olhos%20para%20a%20Chi.pdf>> Último acesso 10/09/2010.

300 LOJAS CHINESAS POVOAM CABO VERDE APROVEITANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Jornal OJE**. 12/11/2010. Disponível em: <<http://www.oje.pt/noticias/africa/300-lojas-chinas-povoam-cabo-verde-aproveitando-o-desenvolvimento-economico>> Último acesso em: 18/11/2010.

Glossário

ANIP – Agência Nacional de Investimento Privado

BAFD – Banco Africano de Desenvolvimento

CABGOC – Cabinda Gulf Oil Company

CCCECT – Comissão Conjunta de Cooperação Econômica Comercial e Técnica

CIF – Chinese International Fund

CIP – Índice de Percepção de Corrupção

CMEC – China National Machinery Import and Export Corporation

CNPC – China National Petroleum Corporation

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

EGOV – Governo Eletrónico

FNLA – Frente Nacional para a Libertação Angolana

IDE – Investimento Direto Externo

IDE – Investimento Direto Externo

KIDL – Kenwo International Development Limited

MPD – Movimento para a Democracia

MPLA – Movimento para a Libertação de Angola

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ONGC – Indian national oil company

OUA – Organização da Unidade Africana

PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDM – Países de Desenvolvimento Médio

PIB – Produto Interno Bruto

PMA – Países Menos Avançados

SINOPEC – China Petroleum & Chemical Corporation

SOEs – State-Owned Enterprises (China)

SONANGOL – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

TEC – Transtech Engineering Corporation

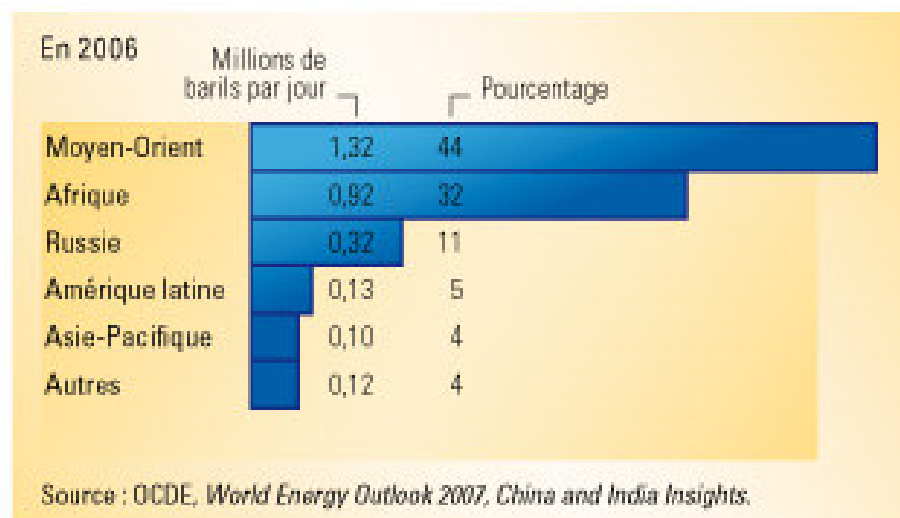
UNITA - Unidade Nacional para a Independência Total de Angola

CABNAVE – Estaleiros Navais de Cabo Verde, S.A.R.L.

CCCECT - Comissão Conjunta de Cooperação Econômica Comercial e Técnica

ANEXO A – Origem das importações de petróleo da China

Chine : origine des importations de brut



R. GIMENO et Sciences Po, mai 2008



in *Questions internationales* n°32, juillet-août 2008,
La Documentation française

Atelier de cartographie de Sciences Po, 2008,
www.sciences-po.fr/cartographie

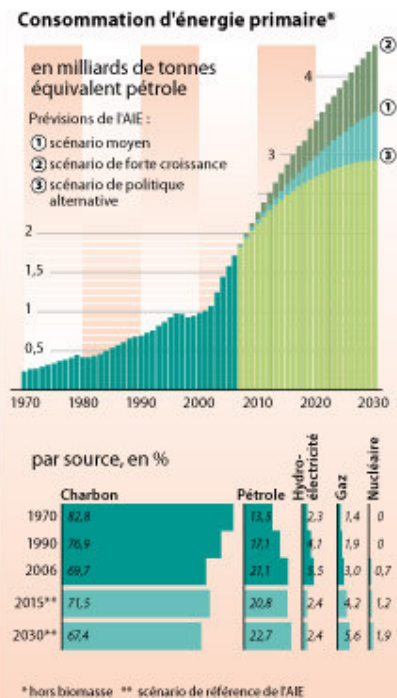


Seul l'usage pédagogique en classe ou centre de documentation est libre.
Pour toute autre utilisation, contacter : carto@sciences-po.fr
Pedagogical use only. For any other use dissemination or disclosure, either whole or
partial, contact : carto@sciences-po.fr

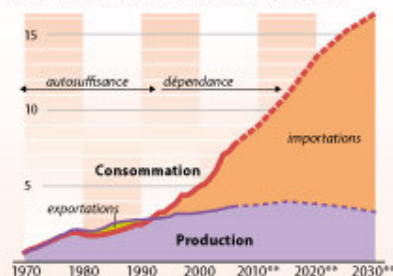
Fonte: Le monde diplomatique

ANEXO B - China: consumo de energia

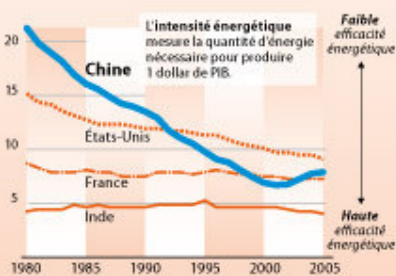
Consommation d'énergie



Pétrole : production et consommation, 1970-2030 (en millions de barils par jour)



Intensité énergétique (en milliers de kilojoules par dollar)



Sources : IEA, *World Energy Outlook 2007*, *China's Energy Prospects*; BP, *Statistical Review of World Energy*, juin 2007, <http://www.bp.com/>; Energy Information Administration, *International Energy Annual 2005*, <http://www.eia.doe.gov/>



d'après Marie-Françoise DURAND, Philippe COPINSCHI
Benoît MARTIN, Delphine PLACIDI,
Atlas de la mondialisation, dossier spécial Chine
Paris, Presses de Sciences Po, 2008

Atelier de cartographie de Sciences Po, 2008,
www.sciences-po.fr/cartographie



Seul l'usage pédagogique en classe ou centre de documentation est libre.
Pour toute autre utilisation, contacter : carto@sciences-po.fr
Pedagogical use only. For any other use dissemination or disclosure, either whole or partial, contact : carto@sciences-po.fr

Fonte: Le Monde Diplomatique

ANEXO C – Mapa de Cabo Verde



Fonte: Cabo Verde Serviços Imobiliários

ANEXO D – Mapa de Angola



Fonte: Mapa de África